

Marcel Youzen Kikuchi Brunello

Produtos Bancários

Trabalho de Formatura apresentado à
Escola Politécnica da Universidade de São
Paulo para obtenção do Diploma de
Engenheiro de Produção – Área Mecânica.

São Paulo

2002

TF 2002
B 835.p

Marcel Youzen Kikuchi Brunello

Produtos Bancários

Trabalho de Formatura apresentado à
Escola Politécnica da Universidade de São
Paulo para obtenção do Diploma de
Engenheiro de Produção – Área Mecânica.

Orientador:
Prof. Dr. Nilton Nunes Toledo

São Paulo

2002

*À minha família,
base de tudo o que sou.*

Agradecimentos

Ao professor Nilton Nunes Toledo pelas idéias, conselhos, paciência e persistência fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos professores da Escola Politécnica e do Departamento de Engenharia de Produção pela paixão, motivação e disposição com que ensinam. Gostaria de agradecer alguns dos professores que tiveram participação marcante na minha formação: Elói Medina Galego, Márcio Abraham, Gregório Bouer e Afonso Carlos Correa Fleury.

Aos colegas alunos da Escola Politécnica e membros da fantástica turma de Engenharia de Produção 98. Tenho certeza que nesses cinco anos construí amizades que levarei pelo resto da minha vida.

Resumo

O trabalho busca identificar oportunidades de melhoria para as instituições financeiras através do estudo dos principais produtos bancários negociados no mercado. Ao longo do texto, serão feitas diversas análises verificando como são definidos e especificados os produtos bancários na prática. Com base nestas análises, será proposta uma metodologia padronizada para definição e especificação. Espera-se que através dessa proposta fique mais claro e fácil a identificação dos pontos críticos para melhoria dos produtos e dos seus respectivos processos de "produção" dentro das instituições financeiras.

Abstract

This work seeks chances of financial institutions' improvement through the study of the main negotiated banking products in the market. Along the text, will be made many analyses to identify how are defined and specified banking products. Based on those analyses, it will be proposed a standardized methodology of products' definition and specification. It's expected that this methodology will make easier the identification of critical points for improvement of products and it's respective processes of production inside financial institutions.

Sumário

1. Introdução	4
1.1. Objetivo.....	5
1.2. Descrição do Banco \$\$\$.....	6
1.2.1. Tesouraria.....	7
1.2.2. Cambio	9
1.2.3. Crédito	9
1.3. Período de Trainee	10
2. Os Produtos Bancários	11
2.1. Mercado Bancário	12
2.1.1. Instituições Financeiras	12
2.1.2. Balanço Patrimonial	21
2.1.3. Conclusões	25
2.2. Produtos Bancários	28
2.2.1. Ativos	28
2.2.1.1. Disponibilidades	28
2.2.1.2. Aplicações Interfinanceiras	28
2.2.1.3. Títulos e Valores Mobiliários	29
2.2.1.3.1. Ações	29
2.2.1.3.2. Títulos Públicos.....	30
2.2.1.3.3. Títulos Privados	33
2.2.1.4. Relações Interfinanceiras	34
2.2.1.5. Operações de Crédito	35
2.2.1.5.1. Assunção de Dívida	35
2.2.1.5.2. Desconto de Duplicatas	35
2.2.1.5.3. Cessão de Crédito	35
2.2.1.5.4. Capital de Giro	35
2.2.1.5.5. Vendor	36
2.2.1.5.6. Compor.....	36
2.2.1.5.7. Fiança.....	36
2.2.1.5.8. ACC/ACE.....	37
2.2.1.5.9. Export Note.....	38
2.2.2. Passivo	39
2.2.2.1. Depósito.....	39
2.2.2.1.1. Poupança	39
2.2.2.1.2. Conta Corrente:	39
2.2.2.1.3. Fundos	40
2.2.2.2. Captações.....	41
2.2.2.2.1. CDB.....	41
2.2.2.2.2. RDB.....	42
2.2.2.3. Obrigações por empréstimos.....	43
2.2.2.4. Obrigações por repasse	43
2.2.2.4.1. FINAME	43
2.2.2.4.2. Resolução 2770 – antiga 63.....	44
2.3. Conclusões	45

3. O Processo.....	47
3.1. Clientes.....	48
3.1.1. Officer	49
3.1.2. Operador.....	49
3.1.3. Backoffice	49
3.1.4. Gerente.....	50
3.1.5. Registro	50
3.1.6. Governo.....	50
3.1.7. Consumidor.....	51
3.2. Concorrentes.....	52
3.2.1. CDB.....	53
3.2.2. Poupança.....	55
3.2.3. Fundo	57
3.2.4. Conclusões	58
3.3. Fluxogramas.....	59
3.3.1. Aplicação	59
3.3.2. Resgate	64
3.3.3. Resgate Antecipado	66
3.4. Sistema de Informação	68
4. Análise do Produto e do Processo.....	69
4.1. Ferramenta da Qualidade	70
4.2. Plano da Qualidade	75
5. Conclusões	78
6. Bibliografia.....	81
7. Anexos.....	83
7.1. SELIC	84
7.2. CETIP	84
7.3. Questionários.....	85
7.4. Formulários de Cadastro de Clientes	88
7.5. Carta de Resgate Antecipado.....	90
7.6. Relatórios Contábeis	91

Lista de Figuras

Figura 2.1.3.1. Gráfico do Ativo	26
Figura 2.1.3.1. Gráfico do Passivo	27
Figura 2.3.1. Gráfico da Estrutura Financeira do Ativo	45
Figura 2.3.2. Gráfico da Estrutura Financeira do Passivo	46
Figura 3.2.1.1. Gráfico Poupança x CDB	56
Figura 3.3.1.1. Gráfico do Fluxo da Emissão do CDB	63
Figura 3.3.2.1. Gráfico do Fluxo do Resgate do CDB	65
Figura 3.3.3.1. Gráfico do Fluxo do Resgate Antecipado do CDB	67
Figura 3.4.1. Modelo do RO	68

Lista de Tabelas

Tabela 2.1.1.1. Total de Ativos por Instituição Financeira	14
Tabela 2.1.1.2. Auditores	16
Tabela 2.1.1.3. Patrimônio Líquido e Lucro Líquido	17
Tabela 2.1.1.4. Rentabilidade do Patrimônio.....	19
Tabela 2.1.1.5. Resultados.....	20
Tabela 2.1.2.1. Balanço Patrimonial.....	22
Tabela 2.1.2.2. Balanço Patrimonial Simplificado	24
Tabela 2.2.1.4.1. Compulsório	34
Tabela 3.2.1.1. Taxa de Remuneração Mensal do CDB	53
Tabela 3.2.1.2. Cálculo da Aplicação em CDB por um ano.....	54
Tabela 3.2.2.1. Taxa de Remuneração da Poupança	55
Tabela 3.2.2.2. Cálculo da Aplicação na Popança por um ano	56
Tabela 3.2.3.1. Cálculo da Aplicação no Fundo por um ano	57
Tabela 3.3.1.1. Personagens na Emissão do CDB	62
Tabela 3.3.2.1. Personagens no Resgate do CDB.....	64
Tabela 3.3.3.1. Personagens no Resgate Antecipado do CDB.....	66
Tabela 4.1.1. Estrutura da Matriz 1	72
Tabela 4.1.2. Matriz 1	73
Tabela 4.1.3. Matriz 2.....	74
Tabela 4.2.1. Matriz 3.....	75

1. Introdução

1.1. Objetivo

Demonstrar as vantagens de rigorosa especificação dos produtos bancários e dos seus processos de obtenção.

Estamos passando por um período de constantes mudanças sociais, políticas e econômicas. Para se manterem competitivas, as empresas necessitam se adaptar cada vez mais rápido a estas mudanças. O mercado bancário não está passando ileso por essas transformações. Os bancos estão tendo que desenvolver diversos produtos para atender uma demanda cada vez mais exigente e cautelosa. Devido a constante necessidade de inovação e desenvolvimento, os produtos bancários passaram a ter um ciclo de vida cada vez mais curto. Neste cenário, surge o campo de estudo desse trabalho.

Observa-se que os produtos bancários não são detalhadamente especificados no mercado bancário. Isso provoca dificuldades para sua comercialização e controle de qualidade dentro da instituição financeira.

O objetivo deste trabalho é propor um método para especificação de produtos e processos que proporcione um melhor controle de custos e de qualidade para as instituições financeiras.

1.2. Descrição do Banco \$\$\$

Uma das condições para que se pudesse realizar este trabalho, foi a promessa de manter sigilo sobre a identidade do banco estudado. Além disso, foi feito um acordo no sentido de não revelar nenhum aspecto ou informação de caráter tático e estratégico para a organização. Será feito a seguir uma descrição da empresa revelando apenas os aspectos necessários para o leitor poder se posicionar durante o texto. O banco estudado passará a ser identificado como Banco \$\$\$.

O Banco \$\$\$ é um banco múltiplo brasileiro, ele é conhecido no mercado por oferecer uma vasta gama de produtos e serviços financeiros. A maioria dos seus clientes é composta por empresas brasileiras e multinacionais de primeira linha. O banco \$\$\$ iniciou as suas atividades em 1998 na sua matriz localizada na cidade de São Paulo. Hoje conta com 470 funcionários trabalhando na matriz e nas quatro agências localizadas nas principais capitais do cone sul-sudeste e duas fora do Brasil. Segundo a revista Exame – Maiores e Melhores de Jul de 2002, o Banco \$\$\$ está colocado entre os 20 maiores bancos por patrimônio líquido do mercado financeiro brasileiro.

Estrutura

Para o estudo proposto neste texto, será necessário o conhecimento de alguns detalhes da estrutura organizacional da empresa. A estrutura do Banco \$\$\$ é muito complexa e intrincada. O seu estudo completo não agregaria muito ao trabalho como um todo. Serão focados apenas algumas áreas principais relacionadas com os produtos e as rotinas descritas ao longo do texto.

Pode-se identificar três grandes áreas de negócios no Banco \$\$\$.

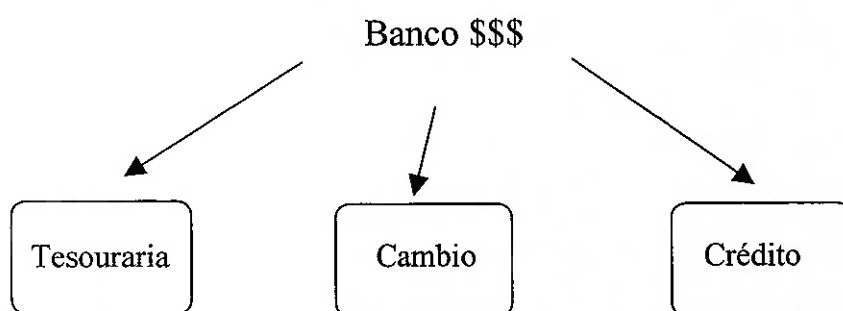


Figura 1.2.1. Estrutura do Banco \$\$\$

1.2.1. Tesouraria

As principais funções da Tesouraria consistem em zelar pela liquidez da instituição financeira, estabelecer bases de preços para as operações no mercado doméstico e administrar o recursos em caixa do Banco \$\$\$. A principal fonte de recursos da instituição financeira em moeda local é a emissão e venda de CDBs.

A figura 1.2.1.1. mostra a estrutura detalhada da Tesouraria :

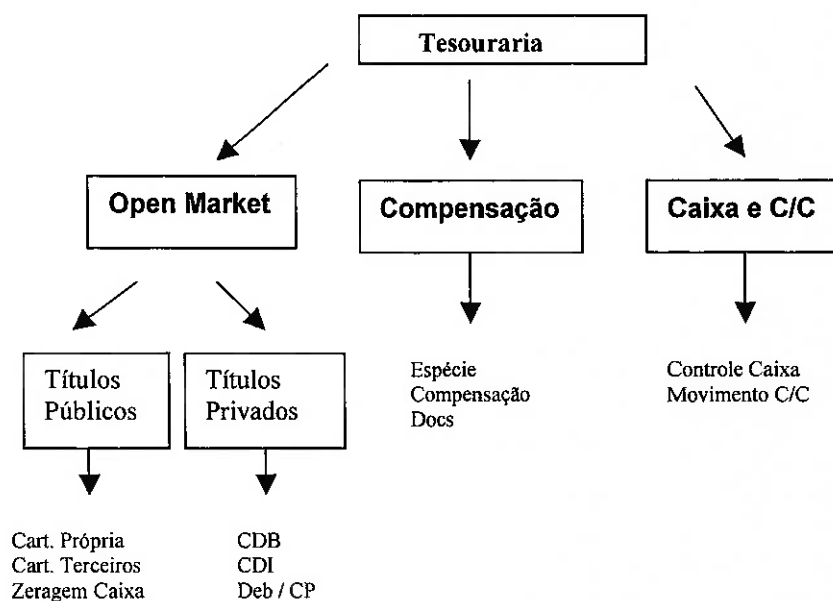


Figura 1.2.1.1. Estrutura da Tesouraria

Setor de Compensação

A área de Compensação é responsável pela compensação de todos os cheques, Docs e cobranças executadas pelo Banco \$\$\$, bem como o controle e guarda dos valores em espécie.

Setor de Caixa e Contas Correntes

O setor de caixa e conta correntes controla todas as entradas e saídas de recursos do banco em reais. Este é o setor responsável pela administração da conta reservas do Banco \$\$\$ no Banco Central. Essa conta é uma conta mantida compulsoriamente no BC para movimentação das transações interbancárias. Essas contas de reservas passaram por uma grande reestruturação com a implantação do SPB – Sistema de Pagamento Brasileiro. Antes do SPB, a movimentação nas conta de reservas eram feitas livremente, chegando até a ficar com saldos negativos durante o dia . O BC monitorava apenas a posição da conta no final do dia. Com a implantação do SPB, as contas reservas nunca poderão

ficar com saldo negativo em nenhum momento do dia. Através de uma rede conectando todo o sistema bancário o BC consegue controlar todas as transações em tempo real, não permitindo que as contas de reserva fiquem com saldo negativo em nenhum momento do dia. Pode-se concluir que o SPB aumentou a segurança do sistema monetário nacional, mas também exigiu das instituições financeiras um grande investimento em tecnologia e treinamento de funcionários para efetuar um controle mais rígido da conta de reserva no BC.

Setor de Open Market

O setor de Open Market é responsável pelas operações de títulos públicos e de títulos privados. Dentre as principais operações destacam-se as captações em CDB e CDI.

1.2.2. Cambio

Todas as operações envolvendo clientes estrangeiros irão passar pela área de cambio. Se há moeda estrangeira envolvida no negócio, haverá necessidade de fechamento de cambio em algum momento da transação. As principais moedas negociadas no mercado financeiro são dólar, yen e euro.

Além deste aspecto de conversão de moedas, existem produtos característicos da área, como por exemplo, os adiantamentos sobre contrato de cambio (ACC e ACE).

1.2.3. Crédito

A área de crédito analisa minuciosamente a situação econômico-financeira de diversas empresas e grupos econômicos. Os relatórios emitidos por esta área servirão de base para tomada de decisões sobre investimentos e créditos em diversas empresas. Além disso, a área de crédito está constantemente calculando riscos e estabelecendo limites para operações financeiras com cada cliente do banco.

Os principais produtos negociados nesta área são os descontos de duplicatas, assunções de dívida, capital de giro, etc.

1.3. Período de Trainee

Nesta parte do trabalho será feita uma breve descrição das minhas principais atividades exercidas no Banco \$\$\$ com o objetivo de ilustrar o contexto em que foi desenvolvido o trabalho.

O programa de trainee teve início em novembro de 2001 e foi estruturado de maneira que passaria por quatro diferentes áreas permanecendo três meses em cada uma delas.

Junto com o RH, foi definida uma trilha de áreas que estavam alinhadas com a minha formação acadêmica, preferências pessoais e disponibilidades do banco.

A primeira área por onde passei foi a tecnologia. Nesta área, pude ter uma idéia do funcionamento dos servidores e da estrutura da rede utilizada pelo banco. Tive também a oportunidade de acompanhar e tomar parte no desenvolvimento do sistema de troca de mensagens desenvolvido para os pilotos de reserva na tesouraria.

Na área seguinte, fui para a contabilidade onde trabalhei principalmente na parte de consolidação de balanços contábeis. Foi muito interessante observar na prática os conceitos de contabilidade explicados em PRO-171 e PRO-172.

A próxima etapa da minha trilha foi a tesouraria. Essa foi a área onde tive maior contato com os produtos bancários negociados pelo banco \$\$\$\$. Observei na prática como são feitas as negociações e operações de diversos produtos .

A última etapa por onde passei foi a área de fundos de investimento onde pude ter um contato um pouco maior com os clientes do banco \$\$\$.

2. Os Produtos Bancários

2.1. Mercado Bancário

2.1.1. Instituições Financeiras

Nesta parte do trabalho será feita uma breve análise do mercado bancário brasileiro sob o ponto de vista contábil. Neste levantamento procura-se uma instituição financeira que apresente as características necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

O objetivo maior desse texto é o estudo do processamento de um produto bancário que tenha grande importância para as instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro. Para localizar esse produto, preciso restringir o campo amostral de instituições financeiras disponíveis para análise. Tomando como base inicial a classificação da Revista Exame¹, foram selecionadas oito instituições financeiras que apresentavam os mais detalhados balanços patrimoniais e demonstrações de resultados. Chegou-se à seguinte lista de bancos:

- Banco do Brasil;
- Itaú;
- Bradesco;
- Unibanco;
- Safra,
- ABN AMRO;
- Sudameris;
- HSBC.

¹ A classificação foi feita tomando-se como base o patrimônio líquido dos bancos.

Restrito o universo de instituições financeiras, foram definidas cinco características que fundamentais para o objetivo do trabalho. Essas características, em ordem de importância, são:

1. participação no mercado brasileiro;
2. diversidade de atuação;
3. clareza na publicação das demonstrações financeiras e balancetes patrimoniais;
4. confiabilidade das informações contidas nos relatórios financeiros;
5. lucratividade;

A lucratividade é desejável, mas não é o ponto principal para o trabalho. Busca-se, primordialmente, uma instituição financeira que tenha uma ampla atuação no mercado, com um grande repertório de produtos financeiros disponíveis - características 1 e 2. As características 3 e 4 são importantes para que se possa escolher criteriosamente o produto objeto de estudo baseando-se em dados precisos e confiáveis.

Definidas as características, o próximo passo para escolha da instituição financeira é traduzir cada uma delas em números presentes nos relatórios financeiros das instituições financeiras estudadas. Todos os relatórios financeiros utilizados neste trabalho são referentes ao exercício contábil do ano de 2001.

A participação no mercado e a diversidade de atuação são dois fatores diferentes que estão intimamente relacionados com o volume de ativos do banco. Quanto maior o volume de ativos, maior será a presença da instituição financeira no mercado bancário. Seguindo pela mesma linha de raciocínio, quanto maior for o total de ativos, será teoricamente maior o leque de opções para atuação em diversos setores do ramo bancário.

Na tabela 2.1.1.1. são mostrados os ativos consolidados por instituição financeira :

	Atv (1000R\$)	% Relativa
Banco do Brasil	165.120.024	32,10
Bradesco	110.115.906	21,40
Itaú	81.806.964	15,90
Unibanco	55.616.443	10,81
ABN AMRO	31.134.703	6,05
Safra	29.150.349	5,67
HSBC	22.797.577	4,43
Sudameris	18.715.645	3,64
TOTAL	514.457.611	100

Fonte: Revista Bancária Jan/2002

Tabela 2.1.1.1. Total de Ativos por Instituição Financeira

A partir dos dados da tabela pode-se observar que o Banco do Brasil lidera isoladamente nesta categoria com mais de 165 bilhões de reais em ativos. Quase 50 % mais ativos do que o segundo colocado, o Bradesco. Essa liderança fica evidente no gráfico 2.1.1.1.:

Ativos

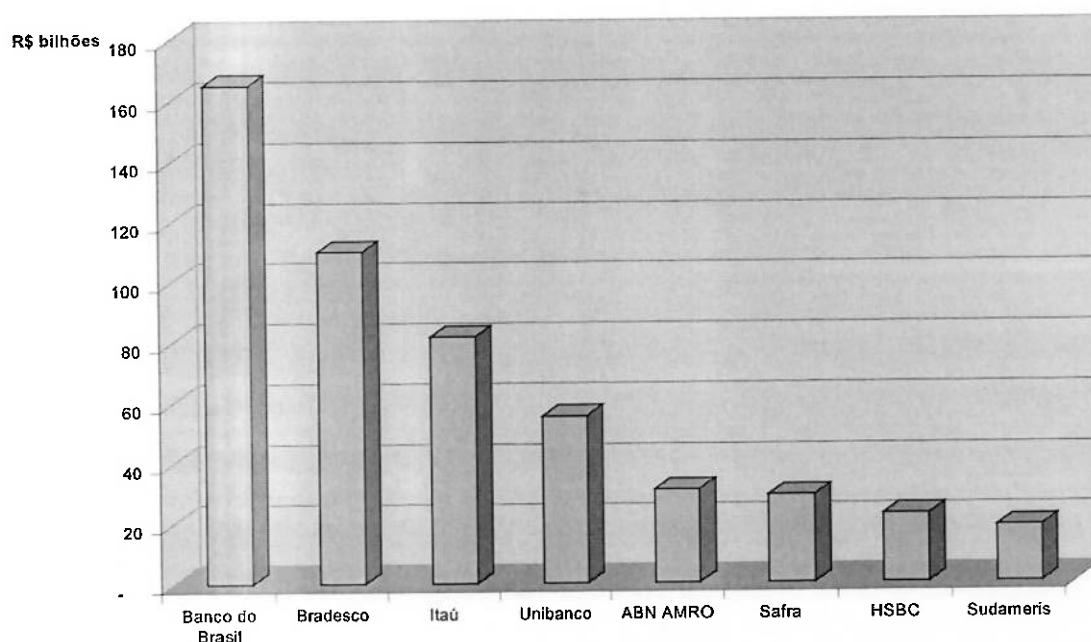


Figura 2.1.1.1. Gráfico dos Ativos

A clareza e a objetividade na publicação das demonstrações financeiras e balancetes patrimoniais é um critério subjetivo que pode variar de pessoa para pessoa. Apesar de saber que quantidade de danos não significa a mesma coisa que qualidade, será definido como indicador desta característica, a quantidade de páginas da publicação do relatório oficial de informações contábeis da instituição financeira.

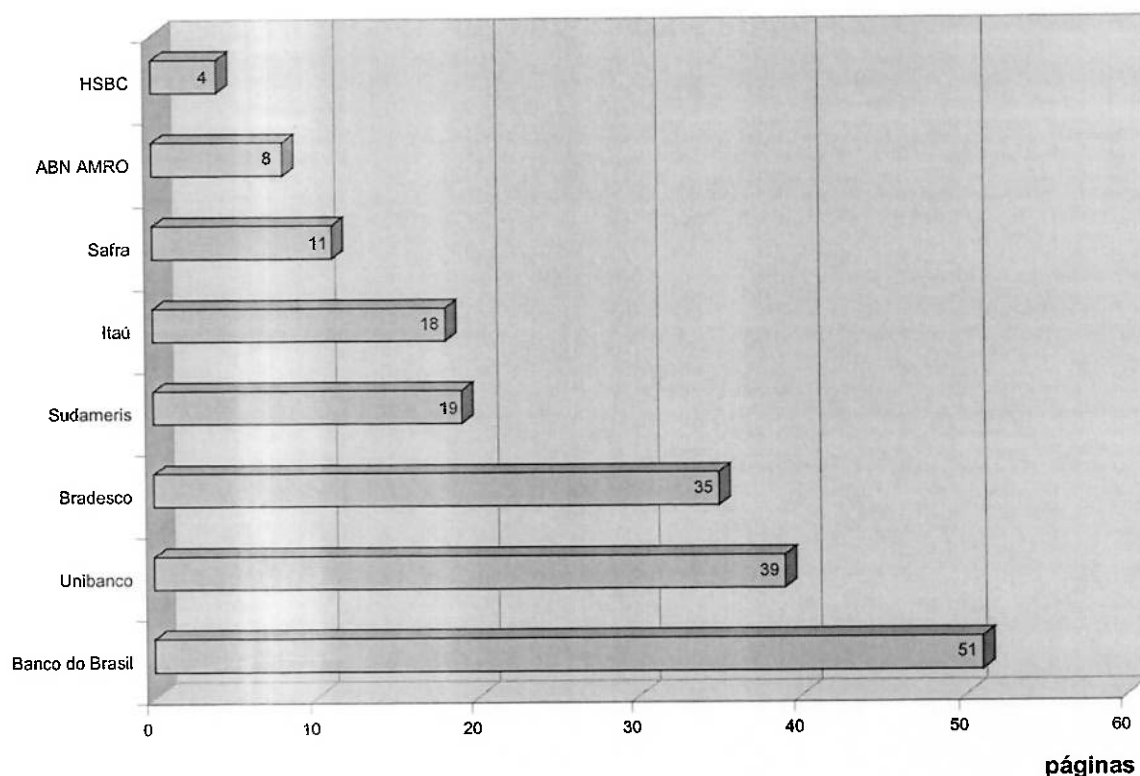


Figura 2.1.1.2. Gráfico das Páginas

Por este gráfico pode-se observar que o relatório oficial publicado pelo Banco do Brasil foi o maior entre as instituições financeiras estudadas. Além disso, o Banco do Brasil foi a instituição financeira que publicou o relatório mais detalhado, claro e objetivo de todos os outros.

A confiabilidade dos dados apresentados nos relatórios financeiros depende muito da companhia responsável pelo seu levantamento e auditoria. Esta

companhia deve ser completamente independente da instituição financeira auditada e deve ter uma sólida reputação no mercado de auditorias . Na tabela 2.1.1.2. pode-se observar as companhias responsáveis pelos balancetes e demonstrações contábeis das instituições financeiras analisadas:

	Auditor Responsável
Banco do Brasil	PricewaterhouseCoopers
Itaú	PricewaterhouseCoopers
Bradesco	KPMG
ABN AMRO	KPMG
Sudameris	Ernst & Young
Unibanco	Deloitte Touche Tohmatsu
Safra	Deloitte Touche Tohmatsu
HSBC	Deloitte Touche Tohmatsu

Fonte: Revista Bancária Jan/2002

Tabela 2.1.1.2. Auditores

Pelos dados da tabela acima conclui-se que as informações contábeis contidas nos relatórios de todas as instituições financeiras foram auditadas por companhias de primeira linha, com sólida reputação no mercado.

Existem muitas maneiras para avaliar a lucratividade de uma instituição financeira. Não é de interesse deste texto esgotar ou mesmo propor formas para calcular a lucratividade das instituições financeiras . Para a análise feita neste trabalho será utilizada uma medida mais direta e simplificada.

Inicialmente serão observados dois fatores: o patrimônio líquido (PL) e o lucro líquido (LL).

	PL (1000R\$)	LL (1000R\$)
Bradesco	9.767.946	2.170.130
Banco do Brasil	8.747.353	1.081.952
Itaú	7.578.222	2.353.727
Unibanco	7.106.025	971.941
ABN AMRO	5.134.758	370.461
Safra	1.790.036	397.660
Sudameris	1.276.019	177.584
HSBC	947.923	80.531

Fonte: Revista Bancária Jan/2002

Tabela 2.1.1.3. Patrimônio Líquido e Lucro Líquido

Patrimônio Líquido

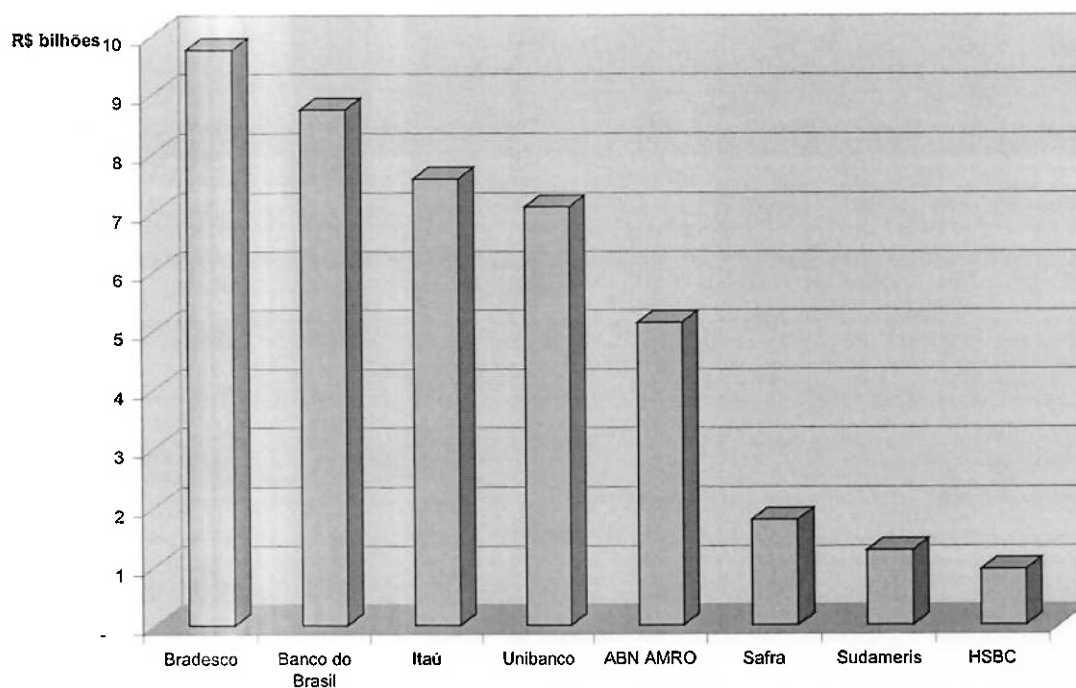


Figura 2.1.1.3. Gráfico do PL

Neste gráfico pode-se observar que o banco com maior patrimônio líquido é o Bradesco com mais de 9 bilhões de reais.

Lucro Líquido

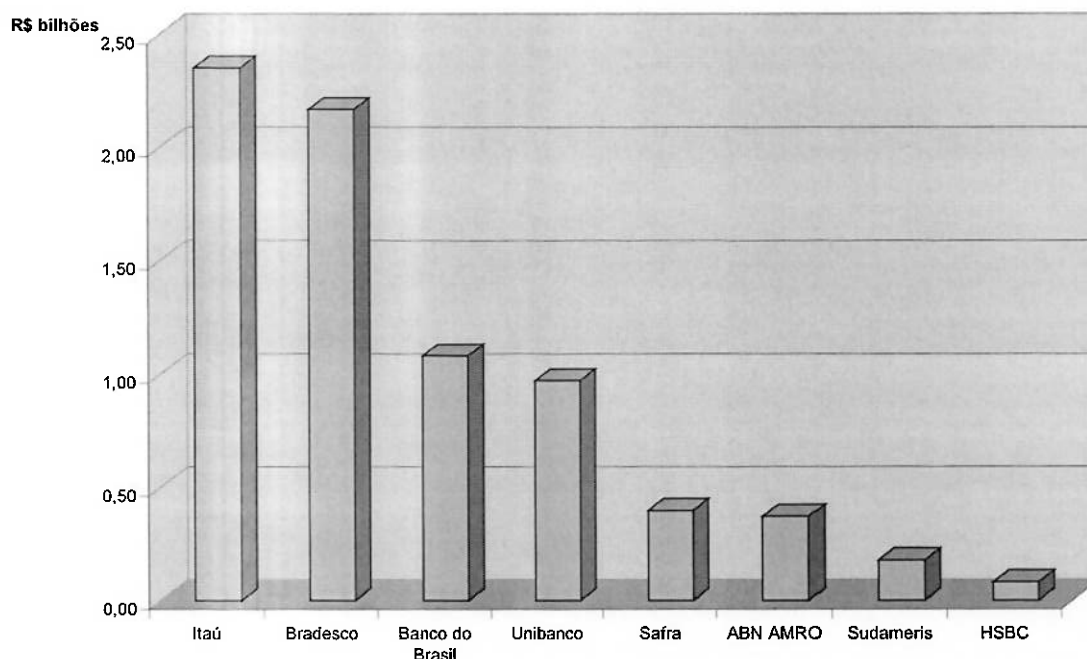


Figura 2.1.1.4. Gráfico do LL

Pode-se constatar que, na prática, o lucro líquido não está diretamente relacionado com o patrimônio líquido do banco. O Itaú - que no gráfico anterior ficou colocado como o terceiro maior patrimônio líquido - foi a instituição financeira com maior lucro no período contábil de 2001 .

Agora será feita uma análise para poder obter a instituição financeira com maior lucratividade do campo amostral. Para tanto, será utilizado um indicador que relaciona o patrimônio líquido com o lucro líquido no período contábil. Esse indicador é o retorno sobre o patrimônio líquido (RPL) e é definido pelo quociente entre o lucro líquido e o patrimônio líquido da instituição financeira. O RPL indica a rentabilidade do capital investido pelos acionistas do banco.

	PL (1000R\$)	LL (1000R\$)	RP(%)
Banco do Brasil	8.747.353	1.081.952	12,37
Bradesco	9.767.946	2.170.130	22,22
Itaú	7.578.222	2.353.727	31,06
Unibanco	7.106.025	971.941	13,68
ABN AMRO	5.134.758	370.461	7,21
Safra	1.790.036	397.660	22,22
HSBC	947.923	80.531	8,50
Sudameris	1.276.019	177.584	13,92

Fonte: Revista Bancária Jan/2002

Tabela 2.1.1.4. Rentabilidade do Patrimônio

Rentabilidade do PL

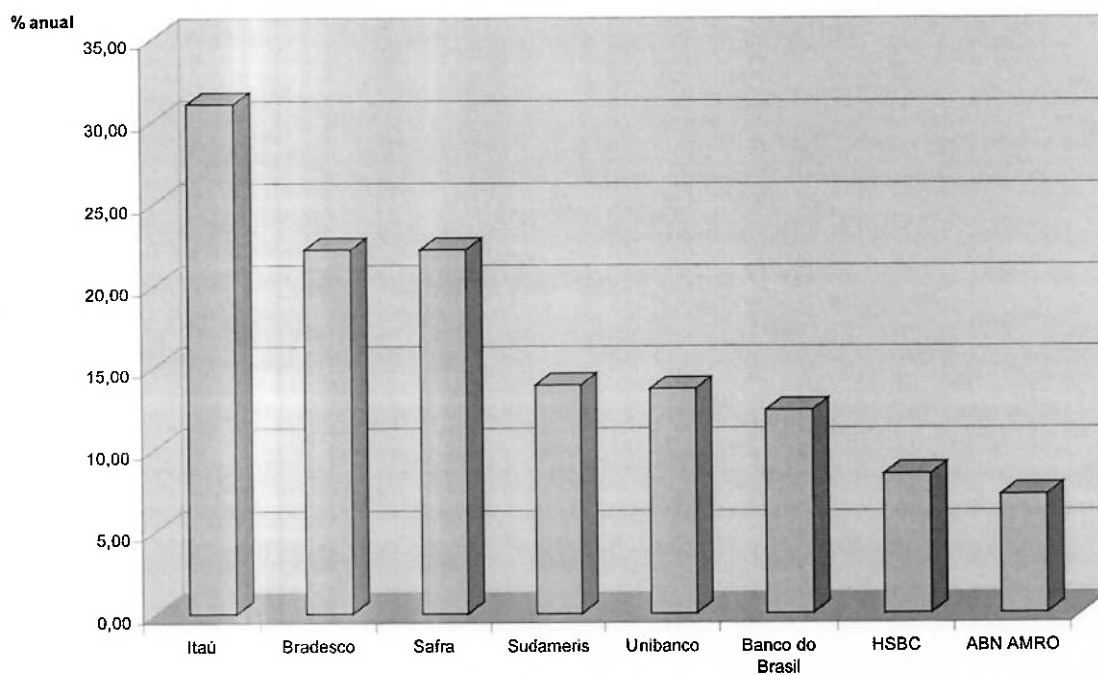


Figura 2.1.1.5. Rentabilidade do PL

Pelos critérios adotados pode-se concluir que o Itaú foi o banco mais lucrativo no ano de 2001.

Conclusões:

Após estas análises feitas para o mercado bancário, pode-se montar a seguinte tabela com o resumo dos resultados:

	Características	Vencedor
1	Participação no mercado	Banco do Brasil
2	Diversidade	Banco do Brasil
3	Clareza dos dados	Banco do Brasil
4	Confiabilidade dos dados	Todos
5	Lucratividade	Itaú

Tabela 2.1.1.5. Resultados

Como foi explicado nas definições das características, a lucratividade é desejável mas não é o ponto principal para o trabalho. Está sendo procurada uma instituição financeira com ampla atuação no mercado e com um grande repertório de produtos financeiros disponíveis - características 1 e 2. Por todos estes motivos expostos, pode-se concluir que a instituição financeira mais adequada para dar sequência ao trabalho é o Banco do Brasil.

A partir de agora as características 3 e 4 serão de fundamental importância. A próxima etapa do estudo será um aprofundamento nos dados contábeis do Banco do Brasil em busca do produto objeto de estudo.

2.1.2. Balanço Patrimonial

No capítulo anterior foi escolhida uma instituição financeira que tinha o perfil necessário para a análise que será feita nesta parte do texto. Características como participação no mercado, diversidade de atuação e clareza na publicação dos relatórios contábeis serão de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho.

Ao término de cada período do exercício contábil, as instituições financeiras disponibilizam basicamente três tipos de relatórios:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

Para as análises comparativas feitas no capítulo anterior, foram consultados esses três relatórios de cada instituição financeira estudada. Nesta parte, será feito um aprofundamento no estudo do Balanço Patrimonial apenas. Este é o relatório mais pertinente para as análises propostas para este capítulo. O estudo dos demais relatórios contábeis do Banco do Brasil seria muito interessante mas fugiria dos propósitos do texto.

O Balanço Patrimonial Oficial publicado pelo Banco do Brasil é um relatório elaborado em um nível de detalhamento muito profundo. O objetivo desta parte do trabalho não é uma análise minuciosa de balanços de instituições financeiras. Portanto, antes de iniciar o estudo, serão feitas algumas simplificações no Balanço Patrimonial Oficial.

A Serão agrupadas algumas contas comuns de maneira a diminuir o nível de detalhamento do relatório.

Na tabela 2.1.2.1. pode-se observar um Balanço Patrimonial já com as contas agrupadas:

Balanço Patrimonial Banco do Brasil 2001					
		000R\$			000R\$
1.	Ativo	165.120.024	2.	Passivo	156.372.671
1.1	Circulante	69.533.217	2.1	Circulante	121.971.839
1.1.1	Disponibilidades	5.666.726	2.1.1	Depósitos	64.446.804
1.1.2	Aplicações Interfinanceiras	12.592.216	2.1.2	Captações	38.890.642
1.1.3	Títulos e Valores Mobiliários	7.738.990	2.1.3	Obrigações por Empréstimos	4.189.605
1.1.4	Relações Interfinanceiras	8.609.659	2.1.4	Obrigações por Repasse	610.619
1.1.5	Operações de Crédito	34.614.397	2.1.5	Outras Obrigações	13.834.169
1.1.6	Outros	311.229			
1.2	Realizável de Longo Prazo	91.212.961	2.2	Exigível de Longo Prazo	34.400.832
1.2.1	Aplicações Interfinanceiras	22.116	2.2.1	Depósitos	8.989.152
1.2.2	Títulos e Valores Mobiliários	54.725.230	2.2.2	Captações	4.862.276
1.2.3	Operações de Crédito	36.396.985	2.2.3	Obrigações por Empréstimos	4.843.697
1.2.4	Outros	68.630	2.2.4	Obrigações por Repasse	4.053.402
			2.2.5	Outras Obrigações	11.652.305
1.3	Permanente	4.373.846	3.	Patrimônio Líquido	8.747.353
	TOTAL	165.120.024		TOTAL	165.120.024

Tabela 2.1.2.1. Balanço Patrimonial

Esse balanço dá uma visão global da estrutura financeira do Banco do Brasil. Inicialmente serão observadas as três contas principais do balanço e o relacionamento entre elas.

1. Ativo

Os ativos podem ser definidos como os “bens” que a instituição financeira possui. Através do balanço, pode-se observar que a instituição financeira em análise tem mais de 160 bilhões de reais em ativos.

A conta de ativos está dividida em ativo circulante e realizável de longo prazo. Essa divisão simplesmente separa os produtos pelo seu vencimento. Por exemplo, uma operação de crédito com vencimento de até um ano entraria na conta 1.1.5, a mesma operação de crédito com vencimento em um prazo maior que 1 ano, entraria na conta 1.2.3.

2. Passivo

Na conta de passivo estão representadas as obrigações da instituição financeira. Os mais de 156 bilhões de reais presentes nesta conta são recursos captados de terceiros utilizados para financiar as aplicações do banco (os ativos). Pode-se observar que assim como na conta de ativos, a conta de passivos está dividida em passivo circulante e exigível de longo prazo. O entendimento desta separação de contas é análogo ao ativo. Um empréstimo tomando pelo banco com vencimento dentro do prazo de um ano, entraria na conta 2.1.3. Se este empréstimo tivesse um prazo maior que um ano, ele entraria na conta 2.2.3.

3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido de uma instituição financeira pode ser definido como o capital próprio da empresa. Pode-se dizer que os quase 9 bilhões de reais presentes nesta conta correspondem à quantia de recursos que os donos e sócios investiram no Banco do Brasil desde a sua fundação.

Balanco Patrimonial Simplificado:

Como foi explicado nos itens anteriores, a separação das contas de ativo e passivo em curto e longo prazo é muito útil para conhecer a estrutura de financiamento e de vencimentos das aplicações e dívidas da instituição financeira. Mas para os objetivos do estudo, essa separação está dificultando a análise. Procura-se descobrir quais são os principais produtos bancários da instituição financeira e não o perfil dos seus vencimentos. Portanto, pode-se fazer uma última simplificação no balanço. A unificação das contas 1.1 e 1.2 do ativo e 2.1 e 2.2 do passivo. Chega-se portanto ao seguinte balanço patrimonial simplificado. Esse balanço será utilizado daqui por diante no texto:

Balanco Patrimonial Banco do Brasil 2001					
1.	Ativo	000R\$	2.	Passivo	000R\$
1.1	Disponibilidades	5.666.726	2.1	Depósitos	73.435.956
1.2	Aplicações Interfinanceiras	12.614.332	2.2	Captações	43.752.918
1.3	Títulos e Valores Mobiliários	62.464.220	2.3	Obrigações por Empréstimos	9.033.302
1.4	Relações Interfinanceiras	8.609.659	2.4	Obrigações por Repasse	4.664.021
1.5	Operações de Crédito	71.011.382	2.5	Outras Obrigações	25.486.474
1.6	Outros	379.859			
1.7	Permanente	4.373.846	3.	Patrimônio Líquido	8.747.353
	TOTAL	165.120.024		TOTAL	165.120.024

Tabela 2.1.2.2. Balanco Patrimonial Simplificado

Relação entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido:

Inicialmente, pode-se verificar que no balanço analisado é satisfeita a definição de que a somatória de todos os ativos é igual a somatória do passivo com o patrimônio líquido.

$$ATV = PAS + PL$$

$$165.120.024 = 156.372.671 + 8.747.353$$

Juntando as explicações feitas no item anterior com a definição acima, pode-se calcular a estrutura de financiamento dos ativos da instituição financeira analisada.

Participação do passivo (Ppas):

$$Ppas = PAS/ATIVO$$

$$Ppas = 94.70 \%$$

Participação do patrimônio líquido (Ppl):

$$Ppl = PL/ATIVO$$

$$Ppl = 5.3\%$$

Pode-se observar que apenas 5.3% do ativo é financiado pelo capital próprio do banco. Os recursos captados de terceiros financiam 94.7% das aplicações do Banco do Brasil.

2.1.3. Conclusões

Analisando o balanço patrimonial, pode-se chegar a algumas conclusões sobre a importância estratégica de cada uma das principais contas do balanço do Banco do Brasil.

A conta de ativos mostra onde o banco está aplicando os seus recursos. Quais são as áreas onde a instituição financeira prevê que poderá receber maiores lucros. No gráfico abaixo, construído a partir do balanço simplificado, pode-se observar a distribuição da participação de cada conta no ativo:

ATIVO

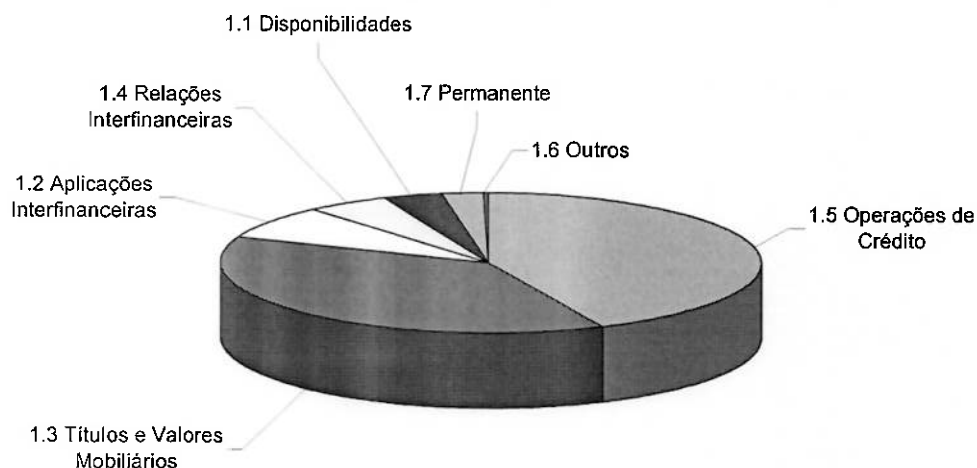


Figura 2.1.3.1. Gráfico do Ativo

Os mais de 156 bilhões de reais presentes na conta de passivo podem ser vistos como a base para o funcionamento do Banco do Brasil. Segundo as contas feitas anteriormente, 94.7 % das aplicações feitas pelo banco são financiadas pelos recursos provenientes do passivo. Através do gráfico abaixo pode-se observar a distribuição da participação de cada conta no passivo:

PASSIVO

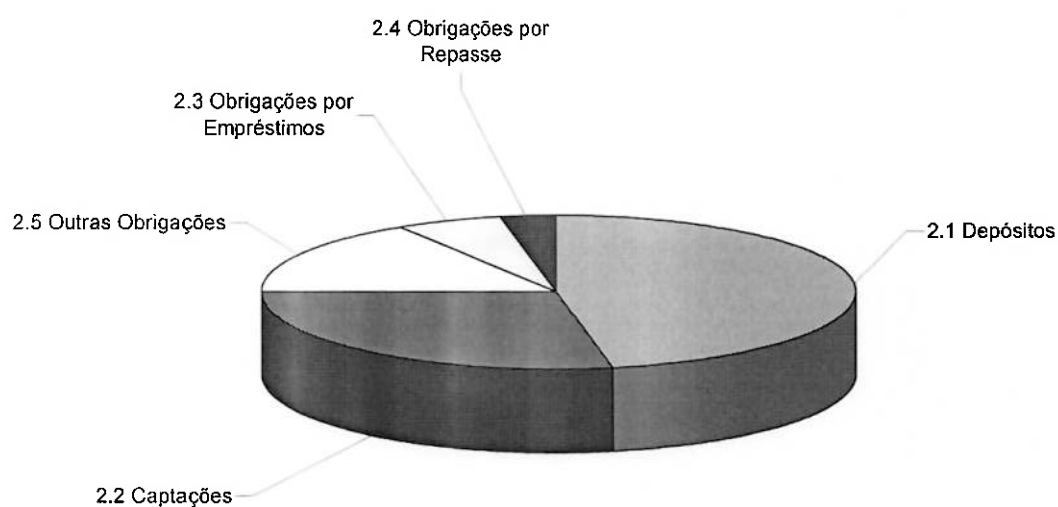


Figura 2.1.3.1. Gráfico do Passivo

A estrutura das contas do balanço patrimonial apresentadas e analisadas nesta parte servirão de base para estruturar o levantamento de dados do próximo capítulo.

2.2. Produtos Bancários

Nesta etapa do trabalho, será feito um levantamento de diversos produtos bancários. Eles estarão agrupados segundo as contas do balanço patrimonial apresentadas no capítulo anterior.

2.2.1. Ativos

Nas contas deste grupo, estão aplicados mais de 160 bilhões de reais em diversos produtos bancários. Serão observadas a seguir os principais produtos de cada conta do ativo.

2.2.1.1. Disponibilidades

Essa conta engloba todos os recursos que a instituição financeira dispõe para aplicação imediata. Não há nenhum produto bancário diretamente associado a esta conta.

2.2.1.2. Aplicações Interfinanceiras

Como o próprio nome diz, esta conta abriga os recursos destinados à aplicações entre instituições financeiras. O principal produto bancário desta conta é o CDI.

Certificado de Depósito Interbancário é um instrumento financeiro destinado a possibilitar a troca de reservas entre os bancos. Dependendo do ponto de vista, o CDI poder ser encarado como um produto de captação ou empréstimo de dinheiro.

No mercado bancário, é muito comum a utilização do CDI de 1 dia. Na ponta do tomador, o CDI é utilizado para zerar a posição vendida do caixa da instituição financeira. Dependendo do tipo de banco e da situação de mercado, é

comum a necessidade de capital para cobrir déficits no saldo do caixa por um ou outro dia , devido a problemas de liquidação de operações com clientes estrangeiros por exemplo. Na outra ponta, a ponta doadora, estão bancos que chegam ao final do dia com saldo em caixa. Para não deixar esse dinheiro “parado” na conta-corrente, a instituição pode aplicá-lo em um CDI de um dia. Mas é preciso que seja aplicado um volume alto para compensar o pagamento de IR e CPMF da operação.

2.2.1.3. Títulos e Valores Mobiliários

Nesta conta estão muitos dos produtos negociados pelas tesourarias dos bancos. A variedade e as características são tão particulares que seria possível fazer um trabalho somente estudando os títulos e valores mobiliários operados pelas instituições financeiras. Para esse trabalho, entretanto, serão descritos apenas os três principais produtos bancários desta categoria: ações, títulos públicos e privados.

2.2.1.3.1. Ações

Uma ação é um título de valor mobiliário representativo de parcela do capital da sociedade emissora das ações. O cliente comprador deste produto está disposto a correr o risco de retorno da sociedade emissora das ações assim como todas as volatilidades e meandros característicos do mercado acionário.

Custo da operação:

A partir do dia 10 de julho de 2002 as operações em bolsa passaram a ser isentas de CPMF. Mas no momento do resgate da operação, continua incidindo um IR de 20% sobre o lucro obtido. Além disso, tanto na compra como na venda de ações, o investidor deve pagar taxas de corretagem e emolumentos para a corretora. A taxa de corretagem é uma receita para a corretora. Mas a taxa de emolumentos não é. Em um primeiro momento, a taxa de emolumentos é

contabilizada como uma receita para a corretora, no entanto ela deve ser inteiramente repassada para a bolsa de valores onde a ação foi negociada.

Liquidação:

No caso da compra, o investidor decide a ação que deseja adquirir; entra em contato com uma corretora de valores e solicita que seja feita a compra; dois dias úteis depois, a ação passa para a posição do adquirente; no dia útil seguinte, o adquirente realiza a liquidação financeira.

No caso da venda, o investidor entra em contato com a corretora de valores e dá a ordem de venda da ação; dois dias úteis depois, o investidor transfere a titularidade de suas ações; no dia útil seguinte, os recursos provenientes da venda são disponibilizados para o investidor.

2.2.1.3.2. Títulos Públicos

Títulos Públicos são papéis emitidos pelo governo através de algumas instituições como o Banco Central e o Tesouro Nacional com o objetivo de captar recursos. Existem diversos tipos, cada um deles emitido em uma situação específica, mas todos têm o mesmo valor nominal de face: R\$ 1.000.00. Não há emissão física dos títulos, eles são nominativos e transferíveis via endosso. A seguir será feita uma breve descrição dos principais títulos públicos negociados no mercado.

LFT : Letra financeira do Tesouro:

São títulos emitidos pela União para o cumprimento dos contratos de assunção de dívidas dos Estados e do Distrito Federal.

Rendimento: A atualização do valor nominal da LFT é dada pela taxa SELIC fornecida pelo Banco Central.

Resgate: Na data de vencimento do título, é feito o resgate do principal acrescido dos juros.

NBC-E : Notas do Banco Central Série Especial

São títulos emitidos pelo Banco Central com o objetivo específico de servir como instrumento de política monetária do país.

Rendimento: A atualização do valor nominal é dada pela variação da cotação do dólar comercial de venda do dia útil anterior às datas de emissão e vencimento do título mais uma taxa paga semestralmente , chamada no mercado de cupom.

Resgate: Na data de vencimento do título, é feito o resgate do principal acrescido da variação cambial no período. O cupom de juros é pago semestralmente durante o período de validade da NBC-E.

NTN-D : Notas do Tesouro Nacional – D

São títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitidos para cobertura de déficit orçamentário.

Rendimento: A atualização do valor nominal é dada pela variação da cotação do dólar comercial de venda do dia útil anterior às datas de emissão e vencimento do título mais uma taxa paga semestralmente , chamada no mercado de cupom.

Resgate: Na data de vencimento do título, é feito o resgate do principal acrescido da variação cambial no período. O cupom de juros é pago semestralmente durante o período de validade da NTN-D.

LTN : Letra do Tesouro Nacional

São títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional emitidos para cobertura do déficit orçamentário

Rendimento: LTN é um título pré-fixado, seu rendimento é dado pelo deságio em relação ao seu valor nominal.

Resgate: O resgate é feito pelo valor nominal do papel na data do vencimento.

Na tabela 2.2.1.3.2.1. pode-se observar um resumo com as principais características dos títulos públicos descritos neste item:

	LFT	NTN-D	NBC-E	LTN
Entidade emissora / responsável	União	Banco Central	Banco Central	Tesouro Nacional
Atualização	SELIC	Dólar + Cupom	Dólar + Cupom	Pré-fixada
Finalidade	Financiar dívida dos estados	Défict orçamentário	Política monetária	Défict orçamentário

Tabela 2.2.1.3.2.1. Resumo Títulos Públicos

2.2.1.3.3. Títulos Privados

Títulos privados são emitidos por grandes empresas que desfrutam de boa reputação no mercado. Assim como os títulos públicos, os títulos privados têm como função captação de recursos para o seu emitente. O contrato de um título privado é semelhante a um contrato de empréstimo, a instituição emitente se compromete a pagar ao investidor juros periódicos e o valor nominal do título no seu vencimento. No contrato de emissão de títulos privados, obrigatoriamente existe a presença do agente fiduciário. O agente fiduciário é uma terceira parte no contrato que zela para que a empresa emitente dos títulos cumpra com as resoluções do contrato.

Debêntures:

Uma debênture é um título de crédito que confere aos seus titulares o direito de crédito contra o emitente. Esses títulos privados são emitidos por Sociedades Anônimas com o objetivo de obtenção de financiamento e capital de giro. Existem debêntures simples e debêntures conversíveis, essas últimas podem ser convertidas em ações da companhia emitente dentro das cláusulas do contrato de emissão. O rendimento desse tipo de papel varia muito, pode ser pré fixado, taxa de juros de longo prazo (TJLP), taxa básica financeira (TBF), entre outras. A variação cambial, entretanto, é vetada.

Além da existência do agente fiduciário, a empresa emitente das debêntures oferece outras garantias, como o capital social da empresa por exemplo. A emissão de debêntures, não pode ultrapassar 80% do valor do capital social da empresa.

Notas Promissórias:

As notas promissórias são títulos que conferem aos seus titulares o direito de crédito contra o emitente. Esses títulos privados são emitidos por Sociedades Anônimas com o objetivo de obtenção de financiamento de curto prazo. As notas promissórias são muito parecidas com as debêntures, diferem basicamente

apenas no prazo de validade do financiamento. Notas promissórias para prazos inferiores a 1 ano e debêntures para prazos superiores.

2.2.1.4. Relações Interfinanceiras

Nesta conta de relações interfinanceiras estão alocados todos os recursos referentes à depósitos interbancários compulsórios. O Depósito Compulsório é definido como uma porcentagem do volume de recursos aplicado pelas instituições financeiras em alguns produtos bancários. Essa porcentagem é estipulada para cada produto e deve obrigatoriamente ser recolhida e depositada sob custódia do Banco Central. Os recursos ficarão retidos no Banco Central pelo período de tempo em que durar a aplicação naquele produto.

O Depósito Compulsório pode ser entendido como uma das maneiras do Banco Central atuar sobre a economia. Aumentando ou diminuindo a porcentagem do compulsório, o Banco Central retira o aumenta a quantidade de recursos em circulação no mercado financeiro. A última atualização da porcentagem do compulsório, foi estabelecida pelo Banco Central no dia 11 de outubro. Na tabela abaixo pode-se conferir o compulsório para alguns produtos bancários.

Produto	Compulsório
CDB	23%
Poupança	30%
Conta Corrente	53%

Fonte: Estado de São Paulo

Tabela 2.2.1.4.1. Compulsório

2.2.1.5. Operações de Crédito

Nesta conta estão agrupados diversos produtos bancários com a função de crédito. Observa-se que existem diversas maneiras das instituições financeiras concederem créditos à pessoas físicas e jurídicas.

2.2.1.5.1. Assunção de Dívida

Trata-se da aquisição, pelo banco, de uma dívida formalizada. Esta operação caracteriza-se pela compra de uma dívida, com deságio, assumindo o banco a responsabilidade de saldá-la futuramente com o credor.

2.2.1.5.2. Desconto de Duplicatas

Uma empresa desconta junto ao banco um título, com vencimento futuro, recebendo do banco os recursos referentes ao valor do título com uma taxa de deságio. Essa operação é muito utilizada para dar liquidez à empresa.

2.2.1.5.3. Cessão de Crédito

Neste tipo de operação, o banco compra contratos de prestação de serviços e ou direitos creditórios, com isso a empresa repassará ao banco uma pendência financeira podendo assim reinvestir o crédito conseguido através da venda de contratos. Assim como o desconto de duplicatas, a cessão de crédito também tem como função dar liquidez para as empresas.

2.2.1.5.4. Capital de Giro

Empréstimo de curto prazo ou médio prazo de instituição financeira para pessoa jurídica ou pessoa física. Para aquisição de matéria-prima e reposição de caixa. As taxas dessa operação podem ser pré ou pós fixadas e são normalmente dadas como garantias notas promissórias com aval.

2.2.1.5.5. Vendedor

Vendedor é um empréstimo com a finalidade específica de financiar as vendas de mercadorias para os compradores finais de uma empresa cliente do banco. Esta empresa (conveniada) vende à vista – recebendo os recursos do banco – e o comprador das mercadorias toma um financiamento com o banco. É feito um convênio entre o banco e o cliente estipulando um limite. O banco somente realizará a operação de vendedor com os clientes indicados pelo conveniado. Este assume a responsabilidade pela inadimplência dos clientes que indicar para o banco.

2.2.1.5.6. Compor

Compor é um empréstimo dado com a finalidade específica de financiar a compra de mercadorias. A empresa cliente (conveniada) compra as mercadorias e um fornecedor à vista com financiamento de um banco; o fornecedor recebe os recursos à vista do banco, e a empresa paga ao banco parceladamente.

2.2.1.5.7. Fiança

A fiança bancária tem por finalidade prestar garantia de pagamento a uma obrigação assumida pelo seu cliente (afiançado) e favorecido. Nesse tipo de garantia existe o benefício de ordem, que significa que quando da inadimplência da obrigação garantida, o credor pode cobrar o banco diretamente. O fiador só é obrigado a pagar caso o devedor principal não o faça. A fiança pode ser feita por tempo determinado ou indeterminado, sendo que o banco cobra uma taxa mínima referente à comissão de fiança prestada. Como contra-garantia da operação, o banco normalmente pede uma nota promissória da empresa (com ou sem aval), porém também poderá pedir uma caução de cotas de fundos e carta de fiança de outro garantidor. Quando findo o prazo da fiança, é necessário que o banco recupere a carta de fiança e baixe de seu sistema.

2.2.1.5.8. ACC/ACE

Os ACC's (Adiantamento sobre Contratos de Câmbio) são financiamentos à exportação realizados entre bancos que operam câmbio e exportadores. A operação consiste basicamente na antecipação, parcial ou total, dos reais equivalentes à quantia em moeda estrangeira comprada destes exportadores pelo banco. São incentivos financeiros aos exportadores que se utilizam destas antecipações como capital de giro para a exportação de produtos. O ACC poderá desdobrar-se em duas fases:

- A primeira fase refere-se à concessão do adiantamento pelo banco em até 360 dias antes do embarque da mercadoria, caracterizando-se como um financiamento a produção.
- A segunda fase ocorre quando a mercadoria está pronta e embarcada, podendo ser solicitado até 60 dias após o embarque. Nessa fase, passa a ser denominado ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues), podendo o seu prazo se estender em até 180 dias da data do embarque

Os principais clientes desse tipo de produto são exportadores de produtos ou serviços que desejam antecipar recursos para:

- obtenção de capital de giro;
- antecipação dos reais referentes aos dólares exportados;
- se proteger de variações cambiais;
- planejamento financeiro.

Risco:

- Risco de crédito do cliente, pois o banco está financiando o cliente;
- Risco de performance: se cliente não efetuar a exportação que lastreia o contrato de ACC será cobrada multa pelo Banco Central.

2.2.1.5.9. Export Note

É um título representativo de Direitos Creditórios de exportação de bens ou serviços e lastreia-se, obrigatoriamente, em contrato de compra e venda firmado entre o exportador e importadores estrangeiros. Diferentemente do ACC, a Export Note não é uma operação de câmbio, pois não existe compra nem venda de moeda estrangeira. O exportador, ao emitir uma Export Note, não poderá utilizar o mesmo contrato mercantil para obter outros financiamentos (via ACC, ACE, etc.).

Características:

- Valor expresso em moeda estrangeira (exatamente como consta do contrato que a lastreia);
- Liquidação obrigatoriamente em moeda nacional obtida pela conversão à taxa pactuada contratualmente.
- Os emissores de Export Note são exportadores de produtos ou serviços que necessitem captar recursos, por exemplo, de capital de giro.
- Os compradores podem ser qualquer investidor não precisando estar ligado ao comércio exterior. A compra da Export Note funciona como uma aplicação indexada em moeda estrangeira.

Fluxo da operação:

- Exportador, com base em um contrato de venda de mercadorias e/ou serviços para o exterior, emite uma Export Note;
- Exportador vende a Export Note e recebe o valor equivalente em moeda nacional e descontado pela taxa de juros pactuada entre as partes;
- No vencimento, importador paga o exportador e o exportador paga o valor de face da Export Note em moeda nacional para o investidor.

2.2.2. Passivo

Os mais de 156 bilhões de reais distribuídos pelas contas deste grupo são os principais financiadores dos produtos dos ativos. Pode-se verificar que existem diversos produtos bancários utilizados para instituição financeira captar recursos no mercado.

2.2.2.1. Depósito

Aqui estão os produtos bancários mais difundidos e conhecidos pelos aplicadores em geral. Nesta conta, os recursos estão agrupados basicamente em três tipos de depósito: poupança, conta corrente e fundos.

2.2.2.1.1. Poupança

Este produto é adequado para clientes que não estão dispostos a correr riscos. A poupança é a aplicação financeira mais segura do mercado bancário. Ela rende 6% de juros ao ano mais a TR - taxa referencial definida pelo Banco Central. Vale destacar que os rendimentos obtidos por esta aplicação estão isentos de imposto de renda.

Pela sua simplicidade e seu apelo aos investidores conservadores, a caderneta de poupança é um dos produtos bancários com maior adesão dos pequenos investidores .

2.2.2.1.2. Conta Corrente:

Os recursos na conta corrente não rendem nenhum tipo de remuneração para o investidor. A conta corrente é uma conta destinada para recursos que precisem estar dispostos imediatamente para fácil movimentação.

2.2.2.1.3. Fundos

Existem diversos tipos de fundos no mercado financeiro. O estudo detalhado de cada um desses tipos não é de interesse para o trabalho. Neste item será apenas apresentada uma definição em linhas gerais e as principais vantagens e desvantagens da aplicação em fundos.

Os Fundos de Investimento são formados pela reunião dos recursos financeiros de um ou mais investidores com objetivos comuns. O volume total de recursos do fundo chama-se patrimônio líquido. O patrimônio é dividido em cotas iguais, que são distribuídas proporcionalmente entre os investidores (cotistas do fundo).

Os recursos do fundo devem ser aplicados de acordo com um estatuto previamente definido. É justamente neste estatuto onde reside a diferença entre as dezenas de fundos existentes no mercado. Existem fundos que os seus recursos são aplicados em ações, em títulos públicos, títulos privados, imóveis, etc.

A principal vantagem dos fundos é viabilizar o acesso de pequenos investidores à produtos bancários restritos aos grandes aplicadores. Por exemplo, uma pessoa que não dispõe de recursos suficientes para aplicar em um CDB pode comprar cotas de fundos que apliquem em CDBs.

A principal desvantagem de aplicar em fundos está na taxa de administração que a instituição financeira custodiante cobra dos seus cotistas.

2.2.2.2. Captações

Nesta conta estão localizados os recursos que a instituição financeira conseguiu captar no mercado bancário. Existem basicamente dois produtos que podem ser utilizados para esta finalidade: CDB e RDB.

2.2.2.2.1. CDB

O certificado de depósito bancário é um título que comprova um depósito em dinheiro de uma pessoa física ou jurídica em alguma instituição bancária. No momento da emissão do CDB, já é determinado o prazo e a remuneração da aplicação. Existem diferentes tipos de taxas de remuneração possíveis para o CDB. Dependendo das condições do mercado, há procura por uma ou outra dessas taxas:

- CDI;
- IGPM;
- TJLP;
- Taxa Pré-Fixada;
- Etc.

Pode-se observar agora as principais vantagens e desvantagens que o CDB oferece:

Do ponto de vista da instituição financeira emitente:

Vantagem:

Certificados de Depósito Bancários estão sujeitos a apenas 23% de recolhimento de compulsório. O que garante oportunidade de maior aproveitamento dos recursos captados pelas instituições financeiras.

Desvantagem:

Na emissão do CDB, a instituição tem que pagar a taxa de registro e custódia da operação na CETIP.

Do ponto de vista do consumidor:

Vantagens:

O imposto de renda de 20% incide somente no momento do vencimento ou da renovação do CDB, e não a cada período de capitalização como acontece nos fundos. Essa característica pode fazer uma grande diferença dependendo do prazo da aplicação.

CDBs podem ser utilizados como garantia para operações em bolsa.

O CDB é um título emitido sob a forma nominativa que pode ser negociado mediante endosso.

Desvantagens:

Normalmente as instituições financeiras oferecem CDBs apenas para grandes volumes de capital.

Pagamento de imposto de renda no momento da renovação da aplicação.

Esses dois fatores dificultam o acesso do pequeno investidor ao CDB pois será necessária a aplicação de uma grande quantidade de dinheiro por um longo período de tempo.

2.2.2.2.2. RDB

O recibo de depósito bancário tem características muito similares ao CDB. A única diferença está no fato de que o RDB é um título intransmissível. Uma vez emitido, esse título não pode ser negociado no mercado. Com a difusão do CDB, o RDB praticamente caiu em desuso. Atualmente, esse segmento do mercado de captação de recursos é totalmente dominado pelo CDB.

2.2.2.3. Obrigações por empréstimos

Nesta conta estão os recursos captados no mercado via empréstimos de outras instituições financeiras, organizações governamentais, etc. Não há, portanto, nenhum produto bancário que possa ser diretamente associado a esta conta bancária.

2.2.2.4. Obrigações por repasse

Nesta conta estão os recursos que foram captados de órgãos nacionais e internacionais com objetivos específicos. Serão destacados dois dos principais financiamentos por repasse feitos no mercado : o FINAME e a Resolução 2770.

2.2.2.4.1. FINAME

O BNDES financia a aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional e leasing através de instituições financeiras. O valor limite de financiamento para pequenas e micro empresas é de 60% do valor da máquina e para médias e grandes empresas é de 50%, incluindo IPI e ICM.

Existem diversos modelos de financiamentos do tipo FINAME, cada um com suas características, prazos e restrições próprios. Pode-se detalhar a seguir o FINAME Agrícola.

FINAME agrícola é um conjunto de financiamentos, sem limite de valor, para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas novos, de fabricação nacional.

As beneficiárias desse tipo de financiamento são empresas privadas sob controle de capital nacional, do setor agropecuário, inclusive as cooperativas. Pessoas jurídicas que comprovem efetiva participação no setor agropecuário também podem utilizar esse tipo de financiamento.

Os Pré-requisitos para obter este financiamento são:

- Estar em dia com as obrigações fiscais, tributárias e sociais;
- Verificar, junto ao fabricante ou seu representante autorizado, se as máquinas ou os equipamentos de fabricação nacional para os quais deseja pleitear financiamento estão cadastrados na FINAME;
- Solicitar o orçamento das máquinas ou equipamentos fornecido pelo fabricante ou seu representante autorizado para apresentá-lo ao banco credenciado;
- Habilitar-se às exigências das instituições financeiras credenciadas como repassadores de recursos do BNDES, entre elas: cadastro satisfatório, capacidade de pagamento e garantias suficientes para a cobertura do risco da operação.

2.2.2.4.2. Resolução 2770 – antiga 63

A resolução 63 estabelecia critérios para as instituições financeiras contratarem empréstimos no exterior para repasses a empresas no país com objetivo de financiamento de capital fixo. Depois de captados os recursos, aqueles que não forem emprestados no mercado, obrigatoriamente devem ser aplicados em títulos públicos. São dados como garantia uma nota promissória com aval, hipoteca e penhor mercantil. A resolução 2770 altera e consolida as normas que disciplinam as operações de empréstimos entre residentes ou domiciliados no país e residentes ou domiciliados no exterior. A principal mudança nessa resolução que revoga a anterior é o fato de que não é mais necessário adquirir títulos federais para lastrear a captação.

2.3. Conclusões

No capítulo 2.2. pode-se ter uma idéia da quantidade de produtos bancários encontrados no mercado financeiro. Agora, é preciso separá-los de acordo com sua importância. Para tanto, será feita uma correlação do produtos exibidos com a estrutura contábil exposta no capítulo 2.1.

ATIVO

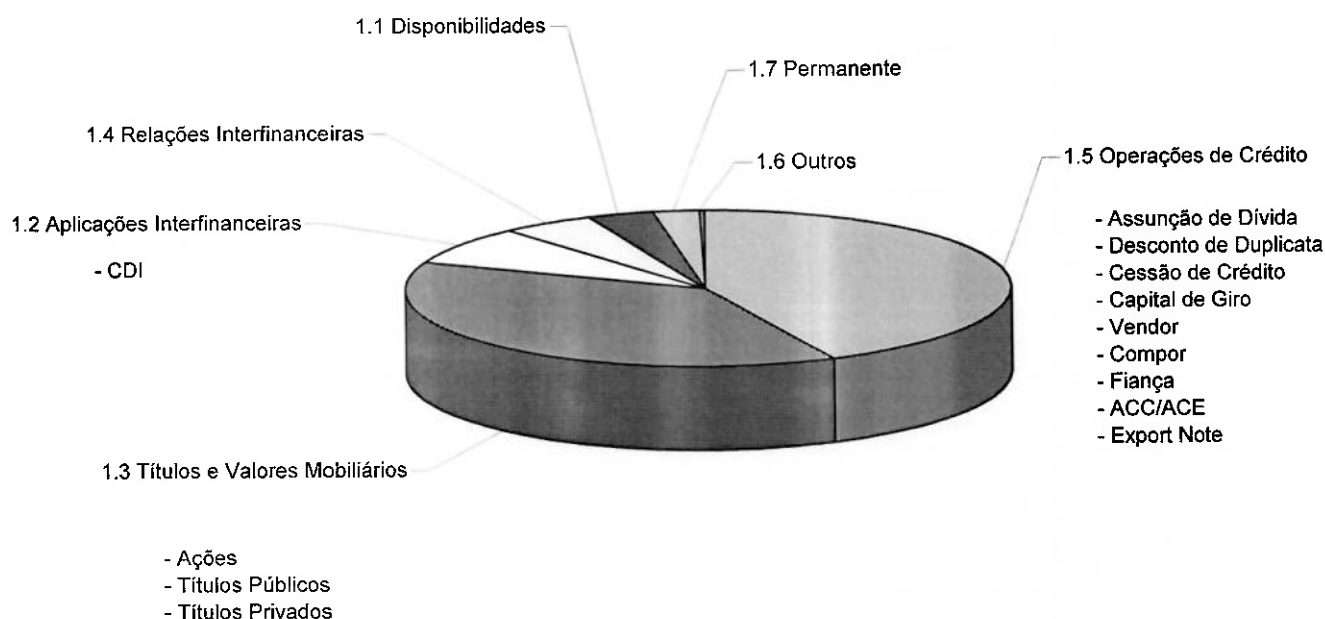


Figura 2.3.1. Gráfico da Estrutura Financeira do Ativo

Através deste gráfico, pode-se observar que a grande maioria dos recursos presentes no ativo estão concentrados em apenas duas contas. As operações com títulos, valores mobiliários e crédito correspondem juntas a mais de 80% das operações realizadas pelo Banco do Brasil. Dentro dessas duas categorias, pode-se destacar três produtos que estão sendo negociados com maior frequência no mercado: títulos públicos (principalmente LFTs e NBC-Es), títulos privados (principalmente debêntures) e ACC.

PASSIVO

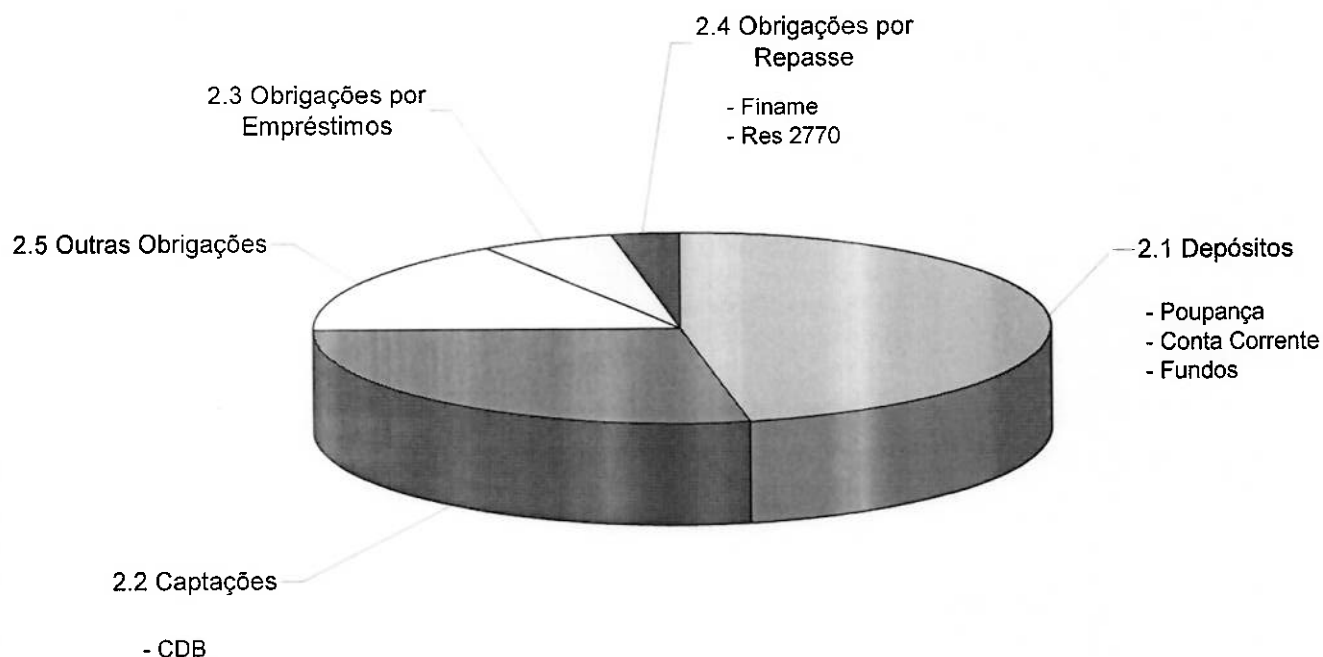


Figura 2.3.2. Gráfico da Estrutura Financeira do Passivo

Pode-se observar que assim como no ativo, os recursos estão concentrados em apenas duas contas: depósitos e captações. Essas contas juntas, correspondem a mais de 70% do passivo do banco. Os recursos da conta de depósitos (44% do passivo), estão dispersos pela poupança, fundos, contas correntes e outros produtos de menor importância. Já a conta de captações, correspondente a 26,5% do passivo, tem como único produto relevante o CDB. Este produto, sozinho, foi responsável pela captação de mais de 43 bilhões de reais para o Banco do Brasil no ano de 2001.

Baseando-se nos levantamentos de dados, análises setoriais e comparativas feitas nesta etapa, pode-se dizer que o CDB é um produto com fundamental importância estratégica no mercado bancário.

O seu estudo mais aprofundado pode provocar significantes melhorias para o banco \$\$\$\$. Na próxima etapa, será feito um estudo detalhando diversas dimensões para ilustrar como é feito o processamento deste produto dentro da instituição financeira estudada.

3. O Processo

3.1. Clientes

Como ponto de partida na análise do processamento do CDB, será feito um estudo dos principais clientes do processo. Nesta análise, serão utilizados conceitos explorados por Juran, a respeito dos clientes internos e externos do processo produtivo.

Durante o período de observação do processo de “fabricação” do CDB dentro do Banco \$\$\$, puderam ser identificados diversos clientes envolvidos no processo.

Clientes internos:

- Officer;
- Operador;
- Backoffice;
- Gerente;
- Registro;

Clientes Externos:

- Governo;
- Consumidor;

Uma descrição pura e simples de cada um desses clientes, seria muito teórica e genérica. Será feita a descrição dos clientes, relacionando-os com sua função dentro do processo produtivo. No capítulo 3.3. será feito um estudo aprofundado do processo, onde ficará mais explícita a relação dos clientes com o processo.

3.1.1. Officer

O officer é a única pessoa do processo inteiro que tem contato direto com o consumidor. Uma de suas funções é identificar as necessidades do consumidor de maneira a poder oferecer o produto bancário mais adequado. O officer realiza a interface entre a linguagem do consumidor e a linguagem utilizada dentro do ambiente bancário. Todo o atendimento ao consumidor durante o processo de elaboração do produto assim como o pós-venda é feito através do officer.

3.1.2. Operador

O operador acompanha e atua diretamente no mercado bancário. Ele sabe as taxas, os prazos, as operações mais freqüentes realizadas no dia-a-dia do mercado. O operador de mesa utiliza todos seus conhecimentos do mercado para fornecer as informações mais atualizadas que o officer precisa para fechar um negócio com o consumidor.

Devido à complexidade e à enorme variedade de produtos disponíveis no mercado bancário, existem operadores específicos para cada tipo de segmento do mercado. No caso do CDB, o operador atua na mesa de tesouraria, onde são negociadas ações, títulos públicos (NBC-E, LFT, LTN, etc) e privados (debêntures, CDBs).

3.1.3. Backoffice

A maioria das tarefas realizadas pelo officer e o operador de mesa, passam pelo backoffice. A sua função básica é dar apoio às atividades do officer e do operador de mesa. O backoffice cuida de todos os aspectos técnicos e burocráticos da operação. Como documentação necessária para registro externo nas instituições pertinentes (SELIC, CETIP, etc), contabilização, liquidação, custódia, etc.

3.1.4. Gerente

Está nas mãos do gerente a aprovação ou não da operação. Uma vez acertado os valores com o consumidor e satisfeitos os aspectos técnicos da operação, o gerente deve analisar as possíveis vantagens e desvantagens em nível estratégico da operação para a instituição financeira. Para dar a sua aprovação, o gerente leva em conta diversos fatores, deste da conjuntura econômica, até suas experiências anteriores em negociações com o cliente. Por exemplo, algumas vezes o gerente fecha um negócio que no momento atual pode não ser rentável para o banco, porque ele está levando em conta o histórico de operações com o consumidor e o potencial de futuros negócios.

3.1.5. Registro

O pessoal de Registro organiza as informações das operações realizadas para controle interno da própria instituição financeira. Esses dados devem ser precisos e condizentes com as operações realmente efetivadas. Pois toda a parte de controle gerencial será feita tomando-se como base esses dados. Além disso, os dados também servirão de base para levantamentos e análises feitos por consultorias externas.

O registro difere do backoffice pois o primeiro não presta apoio direto aos officers e operadores de mesa. Em algumas instituições financeiras, entretanto, o registro e o backoffice estão unificados. No Banco \$\$\$ estudado neste trabalho, há distinção entre esses dois clientes do processo. Será adotado, portanto, a existência desses dois clientes ao longo do texto.

3.1.6. Governo

O papel do governo no estudo do processo de “produção” do CDB vai além da determinação de fatores ambientais e cenários. O governo pode exercer uma influência muito grande no processo como no CDB propriamente dito. O estudo de todos os aspectos e dimensões envolvidos nesse personagem do processo,

seria longo e desviaria o foco de estudo do trabalho. Serão apenas citados os principais pontos de influência desse cliente no processo.

O governo brasileiro pode facilmente alterar o ambiente bancário através de regulamentações, normas e portarias. O governo tem o poder de até mesmo influenciar na própria natureza do CDB, através de políticas fiscais, tributárias, etc.

3.1.7. Consumidor

O consumidor no processo estudado, é a pessoa física ou jurídica disposta a fazer uma aplicação de recursos em CDB. Existem diversos tipos de consumidores de CDB, para cada tipo, existe um procedimento específico de atendimento que será detalhadamente explicado no capítulo 3.3.

3.2. Concorrentes

Neste capítulo será feita uma comparação quantitativa dos principais concorrentes do CDB no mercado bancário. O primeiro passo, será identificar, dentre os produtos descritos no capítulo 2.2., os concorrentes do CDB.

Lembrando que o CDB é um produto presente no passivo dos bancos e que uma de suas principais funções é captação recursos para financiar os ativos. Pode-se identificar no capítulo 2.2., alguns produtos com essas características:

- CDB;
- Fundos;
- Poupança.

Para fazer a análise comparativa, será necessário determinar a taxa de remuneração mensal de cada um dos produtos analisados. A remuneração da poupança é obrigatoriamente fixada como sendo a variação da TR mais 0,5% ao mês. Já os fundos e os CDBs podem ser remunerados por diversas taxas. Na prática, observa-se que a maioria dos fundos e CDBs são remunerados pela variação do CDI. Este índice será adotado como remuneração dos dois produtos.

O próximo passo é a definição do volume e do prazo de aplicação. Será definido para cada produto, uma aplicação inicial de R\$ 100.000,00 em 1º de janeiro de 2001 com resgate em 1º de janeiro de 2002.

3.2.1. CDB

Como foi explicado, a remuneração adotada para o CDB será a taxa do CDI. Na tabela abaixo pode-se observar a remuneração bruta mensal do CDB no ano de 2001.

CDB	
Data	Tx (%am)
01/jan/2001	1,27
01/fev/2001	1,02
01/mar/2001	1,26
01/abr/2001	1,19
01/mai/2001	1,34
01/jun/2001	1,27
01/jul/2001	1,50
01/ago/2001	1,60
01/set/2001	1,32
01/out/2001	1,53
01/nov/2001	1,39
01/dez/2001	1,39

Tabela 3.2.1.1. Taxa de Remuneração Mensal do CDB
Fonte: Site do Banco Central

Para calcular o lucro obtido pelo aplicador deste produto, é preciso inicialmente descontar a CPMF incidente no momento da aplicação (CPMFa). Tem-se então o valor inicial aplicado (Via). Remunerando este montante pelas taxas de juros mensais da tabela acima, chega-se ao valor final (Vf). Existe um imposto de renda (IR) de 20% incidente sobre o lucro bruto obtido no período.

Descontando a CPMF incidente no resgate (CPMFr) pode-se obter o lucro da operação. Na seguinte tabela pode-se observar os cálculos:

CDB	
Vaplicado	100.000,00
CPMFa	380,00
Via	99.620,00
Vf	116.872,28
IR	3.450,46
CPMFr	431,00
Saque	112.990,82
Lucro	12.990,82

Tabela 3.2.1.2. Cálculo da Aplicação em CDB por um ano

3.2.2. Poupança

Como foi explicado, a remuneração da poupança é dada pela variação da TR mais 0,5% ao mês. Na tabela abaixo pode-se observar a remuneração mensal da poupança no ano de 2001.

Poupança	
Data	Tx (%am)
01/jan/2001	0,6369
01/fev/2001	0,5368
01/mar/2001	0,6724
01/abr/2001	0,6546
01/mai/2001	0,6525
01/jun/2001	0,6458
01/jul/2001	0,7441
01/ago/2001	0,8436
01/set/2001	0,6627
01/out/2001	0,7615
01/nov/2001	0,6928
01/dez/2001	0,6613

Tabela 3.2.2.1. Taxa de Remuneração da Poupança
Fonte: Site do Banco Central

Para calcular o lucro obtido pelo aplicador deste produto, é preciso inicialmente descontar a CPMF incidente no momento da aplicação (CPMFa). Tem-se então o valor inicial aplicado (Via). Remunorando este montante pelas taxas de juros mensais da tabela acima, tem-se o valor final (Vf). Agora basta descontar a CPMF incidente no resgate (CPMFr). Na tabela 3.2.2.2. pode-se observar os cálculos da aplicação.

Poupança	
Vaplicado	100.000,00
CPMFa	380,00
Via	99.620,00
Vf	108.065,04
CPMFr	410,65
Saque	107.654,40
Lucro	7.654,40

Tabela 3.2.2.2. Cálculo da Aplicação na Popança por um ano

Pode-se ver que o lucro da poupança no período foi bem menor que o do CDB. Mesmo tendo o benefício de isenção de imposto de renda, a poupança forneceu um lucro 40% menor que o CDB. Isso se deve ao fato da taxa de remuneração pelo CDI ser bem maior que $TR + 0,5\%$ ao mês. Essa diferença ficará evidente se for construído um gráfico comparando a remuneração das tabelas 3.2.1.1. e 3.2.2.1.

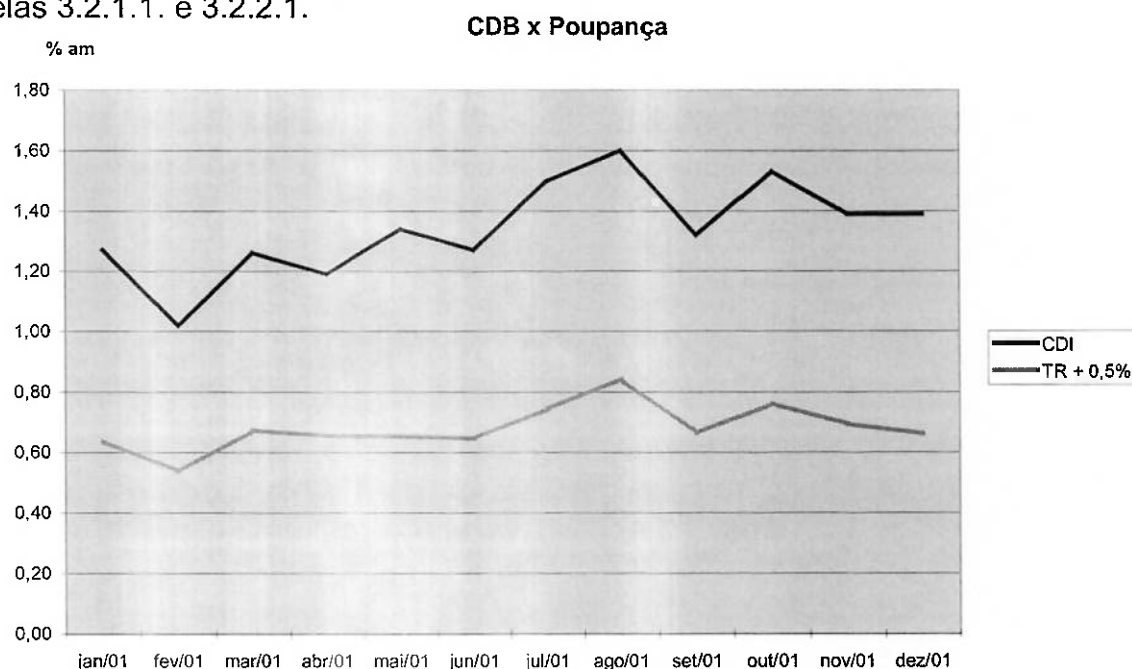


Figura 3.2.1.1. Gráfico Poupança x CDB

3.2.3. Fundo

Como foi explicado, a remuneração adotada para o fundo será a mesma do CDB mostrada na tabela 3.2.1.1. Para calcular o lucro obtido pelo aplicador deste produto, é preciso inicialmente descontar a CPMF incidente no momento da aplicação (CPMFa). Tem-se então o valor inicial aplicado (Via). Remunerando este montante pelas taxas de juros mensais da tabela 3.2.1.1., chega-se ao valor final (Vf). É preciso agora descontar o imposto de renda (IR) de 20% sobre o lucro bruto obtido no período. Além disso, é preciso descontar a taxa de administração de 0,5% incidente sobre o Via. Agora basta descontar a CPMF incidente no resgate (CPMFr) para obter o lucro da operação. Na seguinte tabela pode-se observar os cálculos feitos:

Fundo	
Vaplicado	100.000,00
CPMFa	380,00
Via	99.620,00
Vf	116.872,28
Tx adm	498,10
IR	3.350,84
CPMFr	429,49
Saque	112.593,85
Lucro	12.593,85

Tabela 3.2.3.1. Cálculo da Aplicação no Fundo por um ano

Pode-se observar que a remuneração do fundo foi R\$ 396,97 inferior ao CDB. Essa diferença está na taxa de administração que incidente apenas no fundo.

3.2.4. Conclusões

Neste capítulo foi feita uma análise que buscou comparar quantitativamente o CDB com os principais produtos bancários concorrentes.

As descrições feitas no capítulo 2.2. mostraram as particularidades, as vantagens e as desvantagens de cada um dos produtos analisados. Seria muito difícil, e um tanto quanto subjetivo, fazer uma comparação baseando-se apenas nestas descrições.

Por estes motivos, foi adotado um critério de comparação quantitativo. Através das simulações feitas neste capítulo, ficou evidente que o CDB não sofre ameaças diretas dos seus concorrentes.

3.3. Fluxogramas

Como foi visto na descrição do produto, o CDB é um título que comprova um depósito em dinheiro de uma pessoa física ou jurídica em algum banco. No momento da sua emissão, já está determinado o prazo e a remuneração da aplicação. Baseando-se nas características do produto estudado, o processo de fabricação do CDB será dividido em três sub-processos:

- Aplicação;
- Resgate antecipado;
- Resgate no vencimento.

3.3.1. Aplicação

A aplicação no CDB é feita através de alguma das seguintes formas:

- Consumidor entra em contato com o officer perguntando diretamente sobre as condições para aplicação em CDB na instituição financeira;
- Consumidor entra em contato com o officer sem ter em mente aplicação em um produto específico;
- Officer entra em contato com o consumidor oferecendo o produto;

Cada uma das formas descritas acima é característica de um particular tipo de consumidor do produto. A primeira maneira está relacionada com consumidores mais experientes, conhecedores das características do CDB, suas vantagens e desvantagens. Essas pessoas provavelmente já aplicaram em CDB em algum momento de suas vidas. Elas provavelmente estão entrando em contato com diferentes instituições financeiras para fazer uma cotação das melhores taxas que podem conseguir no mercado para o volume e o prazo disponíveis para a aplicação.

A segunda maneira, está relacionada a consumidores ainda não muito familiarizados com o mercado financeiro e os produtos disponíveis para sua aplicação. Neste caso, o officer analisa as características da aplicação desejada pelo cliente, como volume e prazo disponíveis, e recomenda o produto que achar conveniente. Neste caso, tem-se normalmente pessoas físicas com altos volumes de recursos disponíveis para aplicação em longos prazos. Esses clientes, poucos mais importantes (Juran) são atendidos por officers de uma área especialmente planejada para atendê-los. No decorrer do texto essa área será referida como sendo a área personal da instituição financeira .

A terceira e última forma de se iniciar a aplicação do CDB é feita quando officers da área personal identificam clientes da sua carteira que possuem características potenciais para aplicarem em CDBs mas ainda não fizeram aplicações.

Durante meu período de trainee, não tive muito acesso à área personal do banco. Tenho apenas um conhecimento global do que é feito nesta área. Por esta razão, vou considerar que o contato inicial entre o cliente e o banco foi feito pela primeira forma descrita anteriormente.

Após a interface inicial entre o banco e o cliente, officer deve informar ao operador as características da aplicação que o consumidor deseja. Volume, prazo e tipo de indicador para correção são os dados básicos que o operador precisa. Levando em consideração diversos fatores mercadológicos como o custo de captação de recursos e a taxa praticada pelas outras instituições financeiras, o operador chega a taxa de remuneração para a aplicação que pode ser oferecida ao consumidor. Esta taxa é o custo de oportunidade da operação, quanto menor a taxa de remuneração que o consumidor aceitar, maior será o lucro para a instituição financeira. Se o officer fechar o negócio com um taxa maior que a dada pelo operador, o banco estará tomando prejuízo naquela operação. Dependendo do tipo de consumidor, o officer vai proceder a negociação de uma forma específica para fechar a taxa da operação.

Uma vez fechada a negociação da aplicação do CDB, o officer deve consultar a base de dados corporativa. Caso o consumidor ainda não seja cadastrado, deve providenciar o preenchimento do formulário de cadastro.

Resolvido a questão do cadastro, o officer preenche o resumo de operações (RO) com as características do CDB. O RO é um formulário eletrônico utilizado para facilitar a integração do processamento do produto entre as diversas áreas do Banco \$\$\$\$. No Capítulo 3.4. será feita uma análise detalhada do RO e do seu papel dentro do processo.

A partir do momento que o officer preencheu o RO, todas as pessoas que têm acesso ao sistema podem enxergar que foi fechado uma aplicação em CDB e todos os seus detalhes.

A etapa seguinte no processo é desempenhada pela equipe de apoio, também conhecida como equipe de backoffice. Sua função básica dentro do processo é cuidar dos aspectos técnicos e burocráticos da operação. Assim que aparece o RO no sistema, um dos membros da equipe de apoio acessa o seu terminal CETIP. Através desse terminal, o backoffice faz o registro provisório do CDB na central custodiante de títulos privados, a CETIP. Todas as instituições financeiras que emitem CDBs tem a obrigação legal de fazer o registro da emissão na sua conta no CETIP. Esta operação é chamada de “criação de ativo”. Neste processo é designado um código para nomear o CDB no sistema. Sob esse código, são colocados os dados do CDB em particular. Os parâmetros mínimos necessários são:

- instituição financeira emitente;
- valor nominal,
- data de emissão;
- data de vencimento,
- tipo de remuneração.

Uma vez feito o registro do ativo no CETIP, o membro do backoffice dá sua aprovação no RO. Neste momento do processo, o CDB já foi negociado com

o consumidor, os aspectos técnicos e burocráticos da operação já foram satisfeitos e falta apenas a aprovação do gerente responsável para efetivar a operação para o consumidor.

O gerente avalia os aspectos estratégicos da aprovação do CDB. Levando em conta as condições do mercado, o tipo do cliente e muitas outras variáveis num aspecto mais amplo que as demais áreas fizeram. Ele faz uma análise estratégica antes de dar a sua aprovação no RO para a emissão do produto.

Depois que o gerente aprova o CDB, o backoffice fica aguardando a liquidação da operação. A liquidação é completada quando o piloto de reservas verifica que foi feito o depósito na conta do banco no valor do RO do CDB. Após a liquidação efetivada, o backoffice pode confirmar a criação do ativo no CETIP e imprimir as notas de emissão do CDB. Uma via das notas vai para a área de registro da operação e é posteriormente encaminhada para a contabilidade, a outra via é enviada para o cliente. Uma vez efetivada a emissão, o backoffice tem a responsabilidade de enviar um extrato mensal do CDB para o consumidor. Nesse extrato, estão presentes todos os dados do CDB. Os principais são: remuneração, vencimento e volume aplicado.

Baseando-se na descrição acima, pode-se montar uma tabela identificando cada personagem e o seu papel na emissão do CDB.

Personagem	Officer	Operador	Backoffice	Gerente	Registro
Função	Negociação com consumidor; Criação da operação no RO.	Taxa de remuneração.	Registro no CETIP; Nota de negociação; Extrato; Liquidação da operação.	Aprova o RO.	Registra a operação.

Tabela 3.3.1.1. Personagens na Emissão do CDB

Pode-se também desenhar um fluxograma do processo de aplicação:

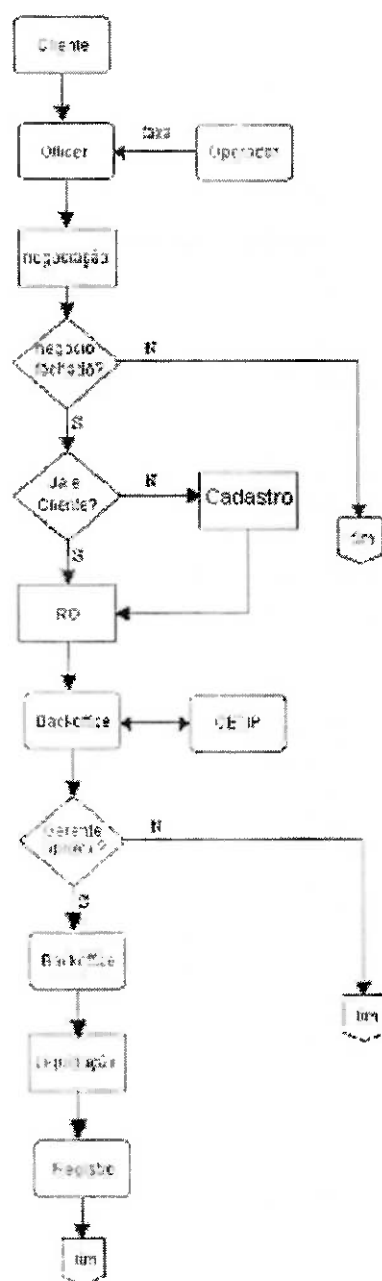


Figura 3.3.1.1. Gráfico do Fluxo da Emissão do CDB

3.3.2. Resgate

Todos os dias o backoffice emite um relatório de vencimentos onde constam todos os CDBs que estão vencendo no dia. O backoffice filtra o relatório, separando cada CDB com seu respectivo officer responsável. O backoffice entrega então para cada officer uma lista dos CDBs dos consumidores que estão vencendo no dia.

Com esse relatório em mãos, o officer entra em contato com cada consumidor para saber se ele gostaria de renovar a aplicação ou de efetuar o resgate. Caso ele deseje renovar a aplicação, procede-se da mesma forma descrita no Processo de Aplicação. Caso contrário, o officer preenche um RO de resgate de CDB.

A partir deste momento, o backoffice confere o RO com o seu relatório de vencimentos do dia. Estando o RO aprovado pelo backoffice, faltará somente a aprovação do gerente para liberação do pagamento.

A operação somente estará finalizada quando o piloto de reservas detectar um débito no caixa do banco no valor do RO correspondente ao resgate do CDB.

No final do dia, o backoffice emite um relatório de resgates que é encaminhado para o registro para atualizar a base de dados do banco.

Baseando-se na descrição acima, pode-se montar uma tabela identificando cada personagem e o seu papel no resgate do CDB:

Personagem	Officer	Backoffice	Gerente	Registro
Função	Contato com o cliente; RO de aplicação ou resgate.	Relatório de vencimento; Liquidação da operação.	Aprova o RO.	Registra a operação.

Tabela 3.3.2.1. Personagens no Resgate do CDB

Pode-se também desenhar um fluxograma do processo de resgate:

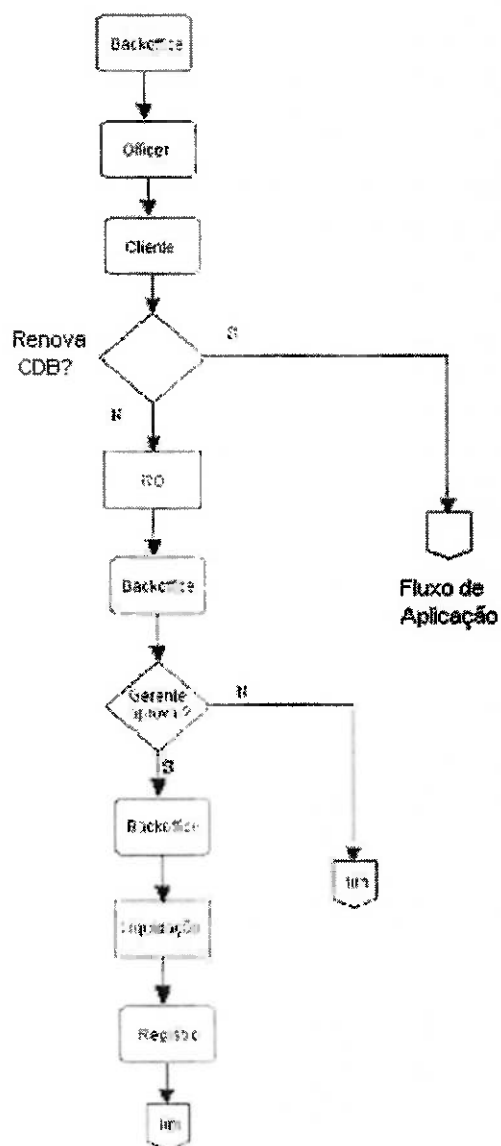


Figura 3.3.2.1. Gráfico do Fluxo do Resgate do CDB

3.3.3. Resgate Antecipado

O consumidor entra em contato com o officer solicitando o resgate antecipado da sua aplicação em CDB. O officer solicita que o consumidor envie uma carta formal de solicitação de resgate antecipado. Caso o consumidor necessite, o officer fornece uma carta modelo. Após recebimento da carta dentro dos padrões pedidos, o officer a encaminha para o backoffice e faz um RO registrando uma operação de resgate antecipado de CDB.

O backoffice busca o número do ativo do CDB no terminal CETIP. Uma vez encontrado, o registro do ativo é modificado, indicando o resgate antecipado. O backoffice confere os dados da carta com o RO e o aprova. Para o resgate antecipado é necessário que pelo menos dois gerentes aprovem o RO. Uma vez aprovado o RO, o backoffice libera o pagamento.

Como no outro processo, a operação somente estará finalizada quando o piloto de reservas detectar um débito no caixa do banco no valor do RO correspondente ao resgate do CDB. Após a liquidação do CDB efetuada, o backoffice encaminha a carta para a área de registro para atualização dos dados do banco.

Baseando-se na descrição acima, pode-se montar uma tabela identificando cada personagem e o seu papel no resgate antecipado do CDB:

Personagem	Officer	Backoffice	Gerente	Registro
Função	Carta de confirmação; RO de resgate.	Altera registro no CETIP; Liquidação da operação.	Aprova o RO.	Registra a operação.

Tabela 3.3.3.1. Personagens no Resgate Antecipado do CDB

Pode-se também desenhar um fluxograma do processo de resgate antecipado:

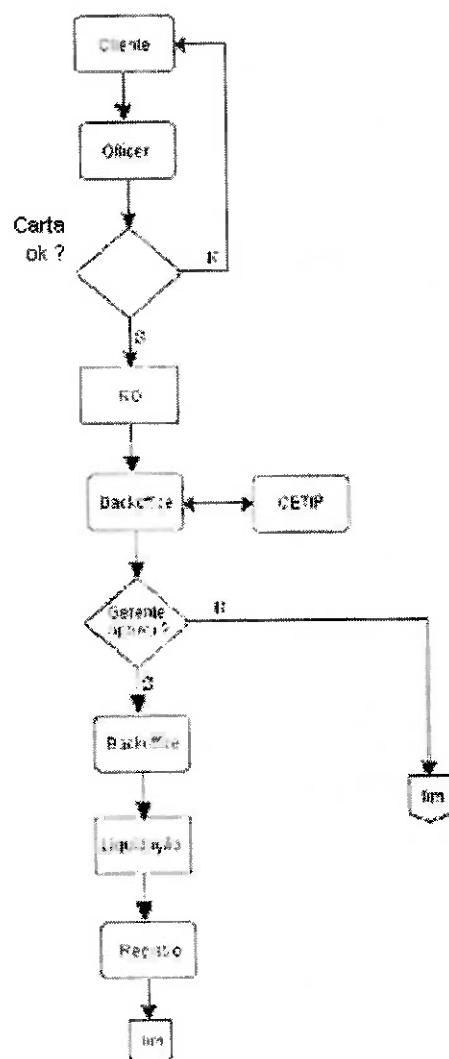


Figura 3.3.3.1. Gráfico do Fluxo do Resgate Antecipado do CDB

3.4. Sistema de Informação

O sistema de informação do Banco \$\$\$ depende fundamentalmente do RO. O Resumo de Operações (RO) é um formulário eletrônico utilizado para facilitar a integração do processamento entre as diversas áreas do Banco \$\$\$.

O RO não processa apenas o CDB. Todos os produtos negociados pela instituição financeira passam pelo RO.

Por motivos de sigilo da empresa, não foi autorizada uma descrição detalhada do RO. Foi feito então um modelo simplificado que será o suficiente para ilustrar o funcionamento do RO no processo do CDB.

ID	Officer	Produto	Liq	Cliente	Valor	Aprovação		Contrato
						Gerente1	Gerente2	
15632	João	CDBa	CETIP	Cia Tabajara	1.000.000,00	OK	-	CDB-1020
15633	José	LFTv	SELIC	Osama Bill Laden	150.000,00	-	OK	LFT-0563
15634	Paulo	CDBr	CETIP	Contrutora Caya	500.000,00	-	-	-
15635	João	CDBra	CETIP	Odete Roitmann	2.000.000,00	OK	OK	-

Figura 3.4.1. Modelo do RO

Cada linha da figura acima representa uma operação financeira identificada por um número de série único, o ID da operação. Na segunda coluna está indicado o Officer responsável pela operação. Isso facilita a sua localização caso um funcionário do banco tenha alguma dúvida sobre a operação. Na coluna seguinte está descrito o produto negociado na operação. No modelo descrito, são negociados uma aplicação em CDB, uma venda de LFT, um resgate de CDB e um resgate antecipado de CDB.

O RO não desempenha apenas funções informativas. Ele tem um papel ativo no processo. É através do RO que são feitas as aprovações das operações realizadas pelo banco. Somente após a aprovação gerencial a operação estará concluída. No caso do CDBa e CDBr é necessária a aprovação de apenas um gerente. Já o CDBra precisa ser aprovado por dois gerentes antes de ser liquidado. A última coluna do RO é preenchida pelo pessoal da área de registro logo após ter sido feito o registro da operação.

4. Análise do Produto e do Processo

4.1. Ferramenta da Qualidade

Até esta etapa do trabalho, foi feita a especificação do CDB (capítulo 2) e do seu processo de produção (capítulo 3). Nesta etapa do trabalho, será feito um estudo buscando novas formas de especificação do produto e definição do processo. Será procurado um método alinhado com os desejos do consumidor final, que propicie um maior controle do processo, identificação de pontos críticos e propostas para melhoria.

O QFD é uma poderosa ferramenta da qualidade que se encaixa muito bem nos parâmetros do problema proposto. Neste capítulo, serão feitas algumas adaptações no QFD e nas suas planilhas características para adequar o seu uso ao caso específico do CDB.

A primeira etapa para a aplicação do QFD é a determinação das necessidades e expectativas dos usuários do CDB (a “voz do cliente” de Juran). Para tanto, será utilizado um questionário abordando diversas características do produto e do processo. As entrevistas foram feitas em duas semanas do mês de outubro com aproximadamente 20 alunos da Escola Politécnica. A partir dessas entrevistas, puderam ser identificadas quatro necessidades básicas dos usuários do CDB:

1. Rapidez

Os potenciais usuários do CDB esperam ser atendidos rapidamente, sem burocracia. Eles querem ter contato direto com a pessoa efetivamente encarregada da operação. O usuário demanda agilidade no processamento da operação como um todo.

2. Informação

Os usuários esperam receber do banco emitente diversas informações atualizadas e precisas sobre o produto. Dentre essas informações, pode-se

destacar por exemplo extratos mensais e notas de negociação. Outro aspecto relacionado a esse tópico, é a acessibilidade das informações. Os clientes querem ter disponíveis diversos canais de comunicação com o banco (pessoalmente, telefone, etc)

3. Segurança

Os usuários demonstraram ter dois tipos principais de preocupações. A primeira está relacionada com a credibilidade da instituição financeira e seu comprometimento com a rentabilidade definida para a operação. A outra preocupação básica dos consumidores se diz respeito à operação em si. Os consumidores estão preocupados com o sigilo dos dados fornecidos - demandando um atendimento individualizado. Outra preocupação está relacionada com a liquidação da operação. Os consumidores gostariam que tanto a aplicação, resgate e resgate antecipado fossem liquidados no prazo estabelecido.

4. Flexibilidade

Os usuários demandam, por fim , uma negociação flexível com o operador. Gostariam de poder negociar um maior balanceamento entre o prazo, volume e remuneração da operação.

Determinadas as necessidades e expectativas dos usuários do CDB, pode-se iniciar a construção da primeira matriz do QFD. A função dessa matriz é “traduzir” a “voz do cliente” em termos e linguagem utilizados no processamento do CDB.

As linhas da planilha serão justamente as quatro necessidades levantadas anteriormente. Para aprofundar a análise serão feitos três níveis de detalhamento. As colunas da tabela são os termos característicos utilizados durante o

processamento do CDB. Eles estão agrupados segundo quatro categorias de afinidade: CDB, Officer, Documentação e Informação. Na figura abaixo, pode-se observar a estrutura proposta para a matriz 1 do QFD.

			CDB			Officer		Documentação			Informação					
1o Nível	2o Nível	3o Nível	A. Taxa de remuneração	B. Volume da aplicação	C. Prazo da aplicação	D. Contato direto Officer - Cliente	E. Disponibilidade do Officer	F. Conhecimento de mercado do Officer/Operador	G. Quantidade de documentação necessária	H. Complexidade da documentação necessária	I. Relatórios, Extratos, Informes completos	J. Relatórios, Extratos, Informes mensais	L. Interface Banco - Cliente	M. Sistema de informação	N. Tempo de atendimento	
1. Rapidez	Comunicação	Contato direto com a pessoa adequada														
	Burocracia	Formulários simples e curtos														
		Mínimo de documentação necessária														
		Operação	Agilidade no processamento da operação													
2. Informação	Precisa	Pessoal com bons conhecimentos do mercado														
		Relatórios claros e completos														
	Atualizada	Frequentes relatórios da posição do CDB														
	Acessível	Canal de comunicação com o banco														
3. Segurança	Banco	Conhecimento detalhado do banco														
		Rentabilidade acertada x Rentabilidade mensal														
	Operação	Atendimento individualizado														
		Garantia da liquidação no prazo														
4. Flexibilidade	Negociação	Garantia de sigilo														
		Prazo														
		Volume														
		Remuneração														

Adaptado de AKAO, Yoji. QFD.

Tabela 4.1.1. Estrutura da Matriz 1

Na etapa seguinte, será feita um estudo quantitativo de maneira a estabelecer relações entre as linhas e as colunas da matriz. Será inserida uma coluna chamada importância relativa. Nesta coluna, serão atribuídos pesos de acordo com a importância de cada uma das linhas da matriz. Além disso, será adotado um critério para relacionar as linhas com as colunas. Uma indicação "x" significa relação fraca, "xx" relação média e "xxx" relação forte. A seguir, pode-se conferir a matriz 1 totalmente preenchida:

			IMPORTÂNCIA RELATIVA	CDB			Officer		Documentação				Informação			
1o Nível	2o Nível	3o Nível		A. Taxa de remuneração	B. Volume da aplicação	C. Prazo da aplicação	D. Contato direto Officer - Cliente	E. Disponibilidade do Officer	F. Conhecimento de mercado do Officer/Operador	G. Quantidade de documentação necessária	H. Complexidade da documentação necessária	I. Relatórios, Extratos, Informes completos	J. Relatórios, Extratos, Informes mensais	L. Interface Banco - Cliente	M. Sistema de informação	N. Tempo de atendimento
1. Rapidez	Comunicação	Contato direto com a pessoa adequada	1				xx							x		x
	Burocracia	Formulários simples e curtos	2								x				x	x
		Mínimo de documentação necessária	1							x					x	x
	Operação	Agilidade no processamento da operação	2				x	x		xx	x			xx	x	x
2. Informação	Precisa	Pessoal com bons conhecimentos do mercado	1						x							
		Relatórios claros e completos	2									x			x	
	Atualizada	Frequentes relatórios da posição do CDB	1										x		x	
	Acessível	Canal de comunicação com o banco	2				xx	xx						xx	x	xx
3. Segurança	Banco	Conhecimento detalhado do banco	2				xx		x			x	x		x	
		Rentabilidade acertada x Rentabilidade mensal	2									x	x		x	
	Operação	Atendimento individualizado	3				x	x					x	xx	x	x
		Garantia de liquidação no prazo	2		x	x				x					xx	
		Garantia de sigilo	2				x			x				xx	x	
4. Flexibilidade	Negociação	Prazo	3			xx			x							xx
		Volume	3		xx				x							xx
		Remuneração	5	xxx					x							xx
		TOTAL		27	11	11	22	11	14	11	4	6	8	27	25	48

Tabela 4.1.2. Matriz 1

Pode-se observar que a matriz 1 traduziu com sucesso cada uma das necessidades dos usuários. Além disso, foi realizada uma quantificação da importância de cada necessidade. Ao observar o total de cada coluna, pode-se identificar as cinco necessidades mais importantes. Justamente essas cinco colunas serão as entradas para o desdobramento seguinte do QFD, a matriz 2.

Nessa fase do desdobramento, será estabelecido o relacionamento entre as cinco saídas da matriz 1 com as principais fases de cada um dos sub-processos do CDB. Assim como na matriz 1, será feito um sistema de quantificação de maneira a selecionar os pontos críticos do processo como um todo.

	IMPORTÂNCIA RELATIVA	1. Taxa do Operador	2. Negociação Officer - Cliente	3. Cadastro Cliente	4. Preenchimento RO	5. Criação ativo na CETIP	6. Aprovação Gerente	7. Liquidação da operação	8. Carta de Resgate Antecipado	9. Extrato mensal	10. Registro
A. Taxa de remuneração	5	XX	X								
D. Contato direto Officer - Cliente	3		X								
L. Interface Banco - Cliente	3		X						X	X	
M. Sistema de informação	3			XX	XX	X	X	X	X		X
N. Tempo de atendimento	4			XX	X	X	X	X	XX		
TOTAL		15	11	21	13	7	7	7	18	3	3

Tabela 4.1.3. Matriz 2

Ao observar a matriz 2, pode-se identificar três fases críticas do processo de “produção” do CDB:

1. A taxa do operador
3. Cadastro Cliente
8. Carta de resgate antecipado.

Essas três fases críticas serão as entradas da próxima matriz, onde será feito o desdobramento final do QFD. O objetivo deste desdobramento é construir um plano da qualidade para o produto e para o processo. Tamanha é a importância desse desdobramento, que lhe será dedicado um capítulo exclusivo.

4.2. Plano da Qualidade

O último desdobramento do QFD fará uma análise dos três pontos críticos levantados na etapa anterior. Assim como nos dois desdobramentos iniciais, o raciocínio utilizado será análogo ao empregado numa linha de produção.

Primeiramente, serão identificados os “produtos” produzidos em cada uma das três fases críticas do processo. Em seguida, serão levantados os melhores métodos para se efetuar o controle do produto e do processo analisados. No controle do produto, serão analisados três aspectos: as características do produto a serem controladas, o método e a frequência com que será feito o controle. Na parte de controle do processo, será feita uma análise análoga à do produto. Serão definidos os parâmetros para controle do processo, metodologia e frequência de controle. Na matriz 3 pode-se observar os resultados deste desdobramento final.

	Fluxograma	Produto da Etapa	Controle do Produto			Controle do Processo		
			Características	Método	Frequência	Parâmetros	Método	Frequência
1. Taxa do Operador	3.3.1.1.	Taxa de remuneração do CDB	Valor da taxa	Medição direta	Uma vez por dia	Tempo necessário para o operador fornecer a taxa pedida pelo officer	Medição direta	Uma vez por dia
3. Cadastro Cliente	3.3.1.1	Formulário de cadastro	Quantidade e complexidade das questões do formulário	Medida do No de linhas e do No questões do formulário.	Sempre que houver	Tempo para o preenchimento do formulário de cadastro	Medição direta	Sempre que houver
8. Carta de Resgate Antecipado	3.3.3.1.	Carta de Resgate	Complexidade e formalidade da carta	Medida do No de linhas da carta.	Sempre que houver	Tempo para o recebimento da carta devidamente preenchida	Medição direta	Sempre que houver

Tabela 4.2.1. Matriz 3

Na etapa de controle do produto, foram escolhidas características simples e de fácil medição. A frequência de medição varia de acordo com o produto analisado. No caso da taxa, que é “produzida” dezenas de vezes ao dia, foi determinada uma medição diária. As cartas e os formulários de cadastro são “produzidos” mais esporadicamente. Isso implica na medição das características sempre que houver “produção” destes produtos.

Uma vez constituída uma base de dados com os dados medidos, pode-se iniciar a parte de controle do produto propriamente dita. A partir desta base de dados, podem-se fazer diversas análises como levantamento de séries históricas, sazonais, comparação com concorrentes, etc. A organização e estruturação desses dados é o embrião para a implementação de uma política de controle estatístico do produto.

Na etapa de controle do processo, todos os parâmetros de controle escolhidos estão relacionados com o tempo. Dadas as características dos sub-processos e as necessidades apontadas na matriz 1, essa é a dimensão mais adequada para se obter um bom controle do processo. A frequência de medição, analogamente à etapa de controle do produto, depende da frequência de “produção” de cada produto. Assim como no controle do produto, os dados levantados nas medições, devem consistir uma base de dados. A partir desta base de dados, pode-se fazer diversos estudos estatísticos. Esses estudos são o embrião para a implementação de uma política de controle estatístico do processo.

Baseando-se nos pontos críticos identificados nos desdobramentos realizados neste capítulo, pode-se chegar a algumas propostas de melhoria tanto para o produto como para o processo:

- Estudo junto com a área de cadastro para criação de um formulário de pré-cadastro de clientes.
- Estudo junto com a parte jurídica do backoffice para identificar a possibilidade de extinção ou simplificação da carta de resgate antecipado.
- Estudo junto a área de tecnologia do backoffice para verificar a possibilidade de criar novas integrações do RO com o terminal CETIP de maneira a agilizar o processo de criação do ativo.

Assim como na etapa de controle, as propostas feitas nesta etapa demandariam um aprofundamento. Precisariam ser definidas políticas de implantação, estudos de viabilidade, análises causa-efeito, etc. Esse aprofundamento seria de fundamental importância para análise completa do problema do CDB. O seu estudo, no entanto, desviaria o trabalho de seu foco principal.

Neste capítulo foi apresentada uma proposta de definição e controle do CDB e do seu processo de produção. Pelo que foi exposto, não restam dúvidas de que uma definição clara e precisa do CDB e do seu processo de obtenção proporcionariam diversas possibilidades de melhoria para o banco \$\$\$.

5. Conclusões

Para se atingir os objetivos propostos, o trabalho foi desenvolvido e estruturado em três macro etapas. Inicialmente foi feita uma análise setorial em conjunto com um levantamento de dados sobre os produtos bancários. À primeira vista, pode parecer que este levantamento foi um tanto quanto extenso se comparado com as outras etapas do trabalho. Entretanto, este estudo inicial foi fundamental para o trabalho como um todo. Através dele, foi possível estabelecer as relações entre as contas dos balanços patrimoniais e os produtos bancários. Além disso, este estudo deu um enfoque sistêmico aos produtos bancários. Foi possível ter uma idéia do vasto campo de aplicação deste estudo na prática do mercado bancário.

Uma vez definido o produto estudado e o seu processo de produção, pode-se iniciar a etapa de análise. Nesta etapa, foi feito um estudo desdobrando e analisando o produto e o processo. Chegou-se a um plano da qualidade com propostas de melhorias atacando os pontos críticos identificados nos desdobramentos.

Ao longo do texto, puderam ser identificadas duas visões do produto e do processo. A primeira visão, exposta nos capítulos 2 e 3, mostra um grande volume de dados organizados de maneira difusa. A partir desta visão, fica complicada uma análise racional do produto e do processo. Esse foi a maior problema identificado nos levantamentos de dados. Existem muitas informações organizadas de maneira dispersa, sem uma metodologia clara para definição dos diversos produtos e processos do banco \$\$\$.

A segunda visão foi exposta no capítulo 3 através dos desdobramentos do QFD. Através desta simples, mas poderosa metodologia, foi possível definir com

clareza o produto e o processo. A partir desta definição surgiram diversas propostas de melhorias do CDB e do seu processo de produção.

Através desse trabalho, pode-se concluir que os banqueiros estão deixando de ganhar dinheiro pela falta de uma política de definição dos produtos e dos processos dentro das instituições financeiras. Foi demonstrado que o mercado bancário tem muito a ganhar com a implementação da metodologia proposta para definição dos produtos e dos processos bancários.

Sugestões para aprofundamento:

- Desenvolvimento das propostas de melhoria e controle através de ferramentas como o FMEA;
- Estudo dos impactos da utilização do ciclo PDCA no controle do CDB e seu processo de produção no banco \$\$\$;
- Estudo para dimensionamento dos possíveis impactos econômicos da implantação da metodologia proposta. Poderiam ser utilizados os dados levantados para o Banco do Brasil como referência.
- Aplicação da metodologia proposta para algum produto do ativo do banco \$\$\$ como títulos públicos ou privados.

6. Bibliografia

AKAO, Yoji. **Desdobramento das Diretrizes para o Sucesso do TQM**, p. 122-130. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

AKAO, Yoji. **Quality Function Deployment**. Portland, Productivity Press, 1990.

BOUER, Gregório. **Modelo para Implementação e Gerenciamento da Qualidade Total**. São Paulo, 2002.

GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo, Harbra, 1997.

GURGEL, Floriano. **Administração do Produto**. São Paulo, Atlas, 2001.

JURAN, Joseph. **A Qualidade desde o Projeto**. São Paulo, Pioneira, 1992.

LAMUCCI, Sergio. **Determinado Aumento do Compulsório pelo BC**. Estado de São Paulo, Ano 123, Número 39.806, Página B3, 12/10/2002.

RELATÓRIO BANCO CENTRAL. www.bancocentral.gov.br

REVISTA EXAME. **Exame Melhores e Maiores**. São Paulo, Abril, Julho 2002.

REVISTA BANCÁRIA. **Revista Bancária**. Rio de Janeiro, Ano 69, Número 823 B, Janeiro 2002.

7. Anexos

7.1. SELIC

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) é uma rede digital utilizada pelo Banco Central para facilitar a liquidação e a custódia de títulos públicos. Essa rede conecta, em tempo real, as instituições financeiras credenciadas.

O SELIC, por exemplo, recebe uma LFT do vendedor e a transfere ao comprador, ao mesmo tempo em que recebe o dinheiro do comprador e o repassa ao vendedor. Todas essas movimentações são feitas eletronicamente e têm liquidação imediata nas reservas bancárias das instituições financeiras envolvidas na transação.

A taxa SELIC, muito comentada no mercado financeiro, nada mais é do que a média ponderada das taxas de juros dos empréstimos interbancários realizados no sistema SELIC.

7.2. CETIP

A Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP) tem função análoga ao SELIC. A principal diferença está no tipo de títulos custodiados e liquidados. Na CETIP, são custodiados, registrados e liquidados financeiramente as operações feitas com todos os papéis privados (como o CDB por exemplo) e alguns títulos estaduais e municipais pouco negociados no mercado.

7.3. Questionários

1. Qual o seu grau de familiaridade com os produtos bancários?

() Alto

(x) Médio

() Baixo

() Nulo

2. Qual o seu grau de familiaridade com o CDB em particular?

() Alto

(x) Médio

() Baixo

() Nulo

3. Qual o meio de comunicação que você considera mais prático para realizar uma aplicação em CDB?

(x) Telefone

() Internet

() Fax

(x) Pessoalmente

4. Independente da sua resposta para a questão 3, qual o meio de comunicação que você considera mais seguro para realizar uma aplicação em CDB?

☐ Telefone

☐ Internet

☐ Fax

☒ Pessoalmente

5. Qual seria o tempo máximo entre o atendimento inicial e a efetivação da aplicação do CDB que você consideraria aceitável?

☒ 5 min

☐ 10 min

☐ 15 min

☐ 20 min

6. Se você tivesse um CDB e fosse fazer um resgate, qual seria o tempo máximo entre o atendimento inicial e a efetivação da resgate que você consideraria aceitável?

☒ 5 min

☐ 10 min

☐ 15 min

☐ 20 min

7. Se você tivesse um CDB, quais seriam as informações que você gostaria de receber? (assinale quantas alternativas achar necessário)

☒ (x) Nota de negociação

☒ (x) Extrato mensal

☒ (x) Taxa de Remuneração do índices de referência no mercado

☒ (x) Informativo mensal sobre o banco emissor do CDB

8. No caso de dúvidas e atendimento pós-venda, qual o sistema de atendimento que você considera mais adequado?

☒ (x) Central Telefônica estilo 0800

☐ () Atendimento via e-mail

☐ () Atendimento eletrônico estilo "sala de bate-papo"

☒ (x) Atendimento pessoal com o officer

7.4. Formulários de Cadastro de Clientes

A - Cadastro de Cliente - Pessoa Física

- | | |
|------------------------|---|
| 1. Dados pessoais | 5. Participação igual ou superior a 5% no capital de empresas |
| Nome; | Denominação social; |
| Idade; | CNPJ; |
| Nacionalidade; | Participação; |
| Estado civil; | |
| Regime de bens; | 6. Outros investimentos e aplicações financeiras |
| RG; | |
| CPF; | |
| Endereço; | |
| | 7. Domicílio bancário para fins de liquidação financeira |
| 2. Dados profissionais | Banco; |
| Profissão; | Agência; |
| Cargo; | Conta corrente; |
| Renda; | |
| Empresa; | |
| Endereço; | |
| | 8. Dados do cônjuge |
| 3. Bens móveis | |
| Descrição; | |
| Marca; | |
| Modelo; | |
| Ano; | |
| | |
| 4. Bens imóveis | |
| Descrição; | |
| Localização; | |
| Valor de mercado; | |

B - Cadastro de Cliente - Pessoa Jurídica

1. Dados do cliente

Denominação social;
CNPJ;
Setor de atividade;
Regime tributário;
Capital social;
Patrimônio líquido;
Endereço;

2. Dados dos acionistas

Nome;
RG;
Participação societária;

3. Pessoas autorizadas a representar a empresa perante o Banco \$\$\$

Nome;
RG;
Cargo;

4. Participação indireta / empresas coligadas / subsidiárias

Razão social;
CNPJ;

5. Domicílio bancário para fins de liquidação financeira

Banco;
Agência;
Conta corrente;

7.5. Carta de Resgate Antecipado

A Carta de Resgate Antecipado deve ser assinada e datada pelo solicitante.

Além disso, ela deve conter pelo menos os seguintes dados:

A- Dados pessoais do solicitante:

Nome;
Endereço;
RG;
CPF;

B- Dados do CDB:

Data da aplicação;
Data prevista de resgate;
Valor da Aplicação;

7.6. Relatórios Contábeis



BANCO DO BRASIL

Governo do
BRASIL

Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

Demonstrações Contábeis

Legislação Societária (em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2001	31.12.2000	31.12.2001	31.12.2000
CIRCULANTE	<u>70.675.032</u>	<u>60.225.261</u>	<u>69.533.217</u>	<u>53.456.137</u>
Disponibilidades	<u>5.656.833</u>	<u>2.894.339</u>	<u>5.666.726</u>	<u>2.906.205</u>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4a)	<u>15.477.238</u>	<u>11.401.730</u>	<u>12.592.216</u>	<u>4.355.460</u>
Aplicações no mercado aberto	6.956.761	1.804.949	6.898.730	1.804.949
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.520.477	9.596.781	5.693.486	2.550.511
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4b e 4c)	<u>7.096.622</u>	<u>5.039.776</u>	<u>7.738.990</u>	<u>5.734.844</u>
Carteira própria	4.185.663	3.194.399	4.944.572	3.963.998
Vinculados a compromissos de recompra	2.653.071	1.962.053	2.653.071	1.962.053
Vinculados à negociação e intermediação de valores	—	10	390	75
Contratos e prêmios a exercer	366.568	—	366.568	—
Vinculados ao Banco Central (Provisões para desvalorizações)	(108.680)	(116.686)	(225.611)	(191.282)
Relações Interfinanceiras	<u>8.600.330</u>	<u>6.612.581</u>	<u>8.609.659</u>	<u>6.627.995</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	46.600	38.911	55.929	54.325
Créditos vinculados	8.480.272	6.483.684	8.480.272	6.483.684
Depósitos no Banco Central	25.719	35.283	25.719	35.283
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural	1.594	977	1.594	977
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	14.974	11.838	14.974	11.838
Repasse interfinanceiros	31.171	41.888	31.171	41.888
Correspondentes	—	—	—	—
Relações Interdependências	<u>34.499</u>	<u>23.182</u>	<u>34.499</u>	<u>23.182</u>
Transferências internas de recursos	34.499	23.182	34.499	23.182
Operações de Crédito (Nota 6)	<u>21.816.077</u>	<u>21.336.193</u>	<u>23.094.093</u>	<u>21.477.547</u>
Operações de crédito	347.457	1.039.902	1.111.224	1.528.275
Setor público	22.781.254	21.858.685	23.379.183	21.651.865
Setor privado	(1.312.634)	(1.562.394)	(1.396.314)	(1.702.593)
(Provisão para operações de crédito)	—	—	4.173	(5.010)
Operações de Arrendamento Mercantil	—	—	—	—
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber	—	—	209.748	165.982
Setor privado	—	—	(200.706)	(165.982)
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	—	—	—	—
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	—	—	(4.869)	(5.010)
Outros Créditos	<u>11.722.636</u>	<u>12.502.174</u>	<u>11.520.304</u>	<u>11.917.104</u>
Créditos por avais e fianças honrados	27.857	3.537	27.857	3.537
Carteira de câmbio (Nota 9a1)	6.037.005	7.299.458	6.037.005	7.299.458
Rendas a receber	358.140	492.839	162.308	347.034
Negociação e intermediação de valores	408.119	157.749	425.699	197.907
Créditos específicos (Nota 9a2)	2.339.266	2.003.638	2.339.266	2.003.638
Operações especiais	1.352	1.357	1.352	1.357
Diversos (Nota 9a3)	2.712.248	2.688.177	2.692.209	2.213.101
(Provisão para outros créditos)	(161.351)	(144.581)	(165.392)	(148.928)
Outros Valores e Bens	<u>270.797</u>	<u>415.286</u>	<u>272.557</u>	<u>418.810</u>
Outros valores e bens (Nota 9b)	506.337	620.161	509.020	623.072
(Provisões para desvalorizações)	(244.955)	(209.467)	(246.608)	(209.466)
Despesas antecipadas	9.415	4.592	10.145	5.204
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>90.554.988</u>	<u>73.147.029</u>	<u>91.212.961</u>	<u>80.644.121</u>



BANCO DO BRASIL

Governo do
BRASIL

Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 4a)	<u>334.452</u>	<u>74.790</u>	<u>22.116</u>	<u>708.124</u>
Aplicações no mercado aberto		39.122	55.835	21.883	55.835
Aplicações em depósitos interfinanceiros		295.330	18.955	233	652.289
Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 4b e 4c)	<u>54.526.411</u>	<u>45.349.909</u>	<u>54.725.230</u>	<u>45.380.994</u>
Carteira própria		7.361.892	16.222.081	7.443.571	16.244.699
Vinculados a compromissos de recompra		40.308.515	23.740.011	40.425.655	23.740.011
Vinculados à negociação e intermediação de valores		82	628.175	82	628.175
Vinculados ao Banco Central		6.502.133	4.834.984	6.502.133	4.834.984
Vinculados a prestação de garantias		615.826	—	615.826	—
Moedas de Privatização		—	—	—	8.467
(Provisões para desvalorizações)		(262.037)	(75.342)	(262.037)	(75.342)
Operações de Crédito	(Nota 6)	<u>16.616.226</u>	<u>8.057.979</u>	<u>17.131.244</u>	<u>14.439.298</u>
Operações de crédito					
Setor público		2.602.311	1.572.065	2.867.065	2.420.356
Setor privado		14.802.472	7.332.306	15.052.736	12.993.254
(Provisões para operações de crédito)	(Nota 8a)	(788.557)	(846.392)	(788.557)	(974.312)
Operações de Arrendamento Mercantil		—	—	68.041	101.112
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber					
Setor público		—	—	29.420	31.960
Setor privado		—	—	256.559	254.952
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		—	—	(205.948)	(173.544)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	(Nota 8a)	—	—	(11.990)	(12.256)
Outros Créditos		19.077.899	19.664.351	19.265.741	20.013.864
Créditos por avais e fianças honrados		17	17.704	17	17.704
Rendas a receber		83.353	69.723	83.461	69.723
Negociação e intermediação de valores		263	19.582	1.015	23.134
Créditos específicos	(Nota 9a2)	4.312.937	2.089.112	4.322.844	2.089.112
Operações especiais		2.742	2.983	2.742	2.983
Diversos	(Nota 9a3)	14.957.771	17.662.121	15.143.502	18.032.335
(Provisão para outros créditos)	(Nota 8a)	(279.184)	(196.874)	(287.840)	(221.127)
Outros Valores e Bens		—	—	589	729
Despesas antecipadas		—	—	589	729
PERMANENTE		<u>5.811.263</u>	<u>5.887.157</u>	<u>4.373.846</u>	<u>4.263.148</u>
Investimentos		<u>3.250.484</u>	<u>3.371.518</u>	<u>1.141.112</u>	<u>1.144.780</u>
Participações em coligadas e controladas	(Nota 12)				
No País		1.840.915	2.022.567	739.465	995.160
No exterior		1.389.108	1.373.590	440	370
Outros investimentos		183.879	178.438	636.545	438.845
(Provisão para perdas)		(163.418)	(203.077)	(235.338)	(289.595)
Imobilizado de Uso		<u>2.292.527</u>	<u>2.181.879</u>	<u>2.295.621</u>	<u>2.185.802</u>
Imóveis de uso		2.093.647	2.597.196	2.094.844	2.598.207
Outras imobilizações de uso		2.997.565	2.142.509	3.004.145	2.148.128
(Depreciações acumuladas)		(2.798.685)	(2.557.826)	(2.803.368)	(2.560.533)
Imobilizado de Arrendamento		—	—	665.529	594.660
Bens arrendados		—	—	770.368	681.667
(Depreciações acumuladas)		—	—	(104.839)	(87.007)
Diferido		<u>268.252</u>	<u>333.760</u>	<u>271.584</u>	<u>337.906</u>
Gastos de organização e expansão		471.447	1.109.688	479.384	1.116.376
(Amortização acumulada)		(203.195)	(775.928)	(207.800)	(778.470)
TOTAIS		<u>167.041.283</u>	<u>139.259.447</u>	<u>165.120.024</u>	<u>138.363.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BANCO DO BRASIL



Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	31.12.2001	31.12.2000	31.12.2001	31.12.2000
Passivo/Patrimônio Líquido				
CIRCULANTE	<u>121.824.670</u>	<u>104.966.197</u>	<u>121.971.839</u>	<u>99.462.684</u>
Depósitos (Nota 9c)	<u>64.961.683</u>	<u>61.053.040</u>	<u>64.446.804</u>	<u>59.804.272</u>
Depósitos à vista	18.811.825	16.075.930	18.831.327	16.110.467
Depósitos de poupança	21.242.075	19.957.667	21.242.075	19.957.667
Depósitos interfinanceiros	4.912.384	4.008.592	4.162.609	2.524.395
Depósitos a prazo	19.995.399	21.010.851	20.210.793	21.211.743
Captações no Mercado Aberto	<u>39.049.543</u>	<u>25.930.543</u>	<u>38.890.642</u>	<u>25.797.497</u>
Carteira própria	37.325.444	24.511.214	37.166.543	24.378.168
Carteira de terceiros	1.724.099	1.419.329	1.724.099	1.419.329
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	<u>475.396</u>	<u>37.789</u>	<u>465.540</u>	<u>33.734</u>
Recursos de debentures	11.476	—	1.620	33.734
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	463.920	37.789	463.920	—
Relações Interfinanceiras	<u>16.382</u>	<u>34.664</u>	<u>27.569</u>	<u>39.076</u>
Recebimentos e pagamentos a liquidar	12.993	32.636	24.180	37.048
Correspondentes	3.389	2.028	3.389	2.028
Relações Interdependências	<u>879.714</u>	<u>785.751</u>	<u>879.714</u>	<u>785.751</u>
Recursos em trânsito de terceiros	861.792	768.546	861.792	768.546
Transferências internas de recursos	17.922	17.205	17.922	17.205
Obrigações por Empréstimos	<u>3.434.569</u>	<u>5.288.982</u>	<u>4.189.605</u>	<u>832.742</u>
Empréstimos no exterior	3.434.569	5.288.982	4.189.605	832.742
Obrigações por Repasses do País-Instituições				
Oficiais	<u>606.844</u>	<u>724.006</u>	<u>610.619</u>	<u>724.538</u>
Tesouro Nacional	414.809	389.719	414.809	389.719
BNDES	1.238	1.378	1.238	1.378
CEF	12	21	12	21
FINAME	189.683	295.746	192.846	295.746
Outras instituições	1.102	37.142	1.714	37.674
Outras Obrigações	<u>12.400.539</u>	<u>11.111.422</u>	<u>12.461.346</u>	<u>11.445.074</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	357.482	126.846	357.647	127.773
Carteira de câmbio	2.238.472	4.074.980	2.238.472	4.074.980
Sociais e estatutárias	239.967	188.011	239.967	188.011
Fiscais e previdenciárias	669.483	175.079	847.743	361.315
Negociação e intermediação de valores	686.854	396.648	420.665	391.963
Fundos financeiros e de desenvolvimento	113.626	71.752	113.626	71.752
Operações especiais	2.348	2.366	2.348	2.366
Diversas	8.092.307	6.075.740	8.240.878	6.226.914
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>36.380.441</u>	<u>26.298.465</u>	<u>34.311.247</u>	<u>30.905.076</u>



BANCO DO BRASIL



Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

Depósitos	(Nota 9c)	<u>8.990.195</u>	<u>8.447.549</u>	<u>8.989.152</u>	<u>9.266.054</u>
Depósitos interfinanceiros		67.287	—	57.659	772.036
Depósitos a prazo		8.922.908	8.447.549	8.931.493	8.494.018
Captações no Mercado Aberto		<u>4.862.276</u>	<u>2.270.054</u>	<u>4.862.276</u>	<u>2.270.054</u>
Carteira Própria		4.825.922	2.270.054	4.825.922	2.270.054
Carteira de terceiros		36.354	—	36.354	—
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		<u>695.880</u>	<u>781.840</u>	<u>695.880</u>	<u>781.840</u>
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		695.880	781.840	695.880	781.840
Obrigações por Empréstimos		<u>6.841.059</u>	<u>693.533</u>	<u>4.843.697</u>	<u>4.377.271</u>
Empréstimos no exterior		6.841.059	693.533	4.843.697	4.377.271
Obrigações por Repasses do País-Instituições		<u>4.051.885</u>	<u>5.223.401</u>	<u>4.051.885</u>	<u>5.223.401</u>
Oficiais		311.812	491.662	311.812	491.662
Tesouro Nacional		2.229.216	1.523.853	2.229.216	1.523.853
BNDES		67	117	67	117
CEF		1.400.146	1.972.545	1.400.146	1.972.545
FINAME		110.644	1.235.224	110.644	1.235.224
Outras instituições					
Obrigações por Repasses do Exterior		<u>134.314</u>	<u>40.732</u>	<u>1.517</u>	<u>1.676</u>
Repasses do exterior		134.314	40.732	1.517	1.676
Outras Obrigações		<u>10.804.832</u>	<u>8.841.356</u>	<u>10.866.840</u>	<u>8.984.780</u>
Fiscais e previdenciárias		35	35	35	35
Negociação e intermediação de valores	(Notas 5c e 23)	1.429.482	19.770	1.702.266	21.744
Fundos financeiros e de desenvolvimento	(Nota 9d2)	5.072.946	4.257.270	5.072.946	4.257.270
Diversas	(Nota 9d3)	4.302.369	4.564.281	4.091.593	4.705.731
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		<u>88.819</u>	<u>29.784</u>	<u>89.585</u>	<u>30.645</u>
Resultados de Exercícios Futuros		88.819	29.784	89.585	30.645
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 10)	<u>8.747.353</u>	<u>7.965.001</u>	<u>8.747.353</u>	<u>7.965.001</u>
Capital		<u>7.435.544</u>	<u>5.587.146</u>	<u>7.435.544</u>	<u>5.587.146</u>
De domiciliados no País		7.433.152	5.585.509	7.433.152	5.585.509
De domiciliados no exterior		2.392	1.637	2.392	1.637
Reservas de Capital		<u>4.754</u>	<u>4.754</u>	<u>4.754</u>	<u>4.754</u>
Reservas de Reavaliação		<u>33.428</u>	<u>33.263</u>	<u>33.428</u>	<u>33.263</u>
Reservas de Lucros		<u>1.273.627</u>	<u>2.339.610</u>	<u>1.273.627</u>	<u>2.339.610</u>
Lucros ou Prejuízos Acumulados		<u>—</u>	<u>228</u>	<u>—</u>	<u>228</u>
TOTAIS		<u>167.041.283</u>	<u>139.259.447</u>	<u>165.120.024</u>	<u>138.363.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BANCO DO BRASIL



Banco do Brasil SA

Sector Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

Demonstrações Contábeis

Legislação Societária (em milhares de Reais)

Demonstração do Resultado

	BB-Agências no País e no Exterior		BB-Consolidado	
	2º sem/2001	Exercício/2001	Exercício/2001	Exercício/2000
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de crédito	10.487.942	18.530.243	10.578.724	16.373.196
Operações de arrendamento mercantil	5.418.130	9.554.254	5.513.902	8.123.419
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.481.867	5.797.869	55.403	86.071
Resultado de operações de câmbio	929.634	2.075.346	3.428.006	6.134.569
Resultado das aplicações compulsórias	658.311	1.102.774	923.103	1.176.003
			658.310	853.134
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de captação no mercado	(7.731.057)	(14.367.636)	(7.754.278)	(11.692.259)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(5.333.638)	(9.598.931)	(5.302.030)	(8.172.639)
Provisão para operações de crédito	(1.435.713)	(3.418.723)	(1.449.691)	(2.413.501)
	(961.706)	(1.349.982)	(1.002.557)	(1.106.119)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.756.885	4.162.602	2.824.446	4.680.937
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS				
Receitas de prestação de serviços	(1.718.024)	(2.829.545)	(1.815.216)	(3.505.178)
Despesas de pessoal	1.813.971	3.637.779	1.962.715	3.189.091
Outras despesas administrativas	(2.948.217)	(5.544.794)	(2.964.268)	(5.622.522)
Despesas tributárias	(1.784.340)	(3.514.630)	(1.797.544)	(2.882.150)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(357.095)	(608.074)	(376.645)	(604.649)
Outras receitas operacionais	353.674	2.071.097	163.719	857.191
Outras despesas operacionais	2.766.833	4.284.138	2.784.465	3.700.935
	(1.562.850)	(3.155.061)	(1.587.658)	(2.143.074)
RESULTADO OPERACIONAL	1.038.861	1.333.062	1.009.230	1.175.759
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(29.751)	10.651	42.644	140.397
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	1.009.110	1.343.713	1.051.874	1.316.156
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(184.117)	(195.415)	(226.881)	(281.584)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(47.087)	(66.346)	(47.087)	(60.361)
LUCRO LÍQUIDO	777.906	1.081.952	777.906	974.211
Número de ações	711.995.705.713	711.995.705.713	711.995.705.713	711.995.705.713
Lucro por lote de 1.000 ações	1,09	1,52	1,09	1,37



BANCO DO BRASIL

Governo do
BRASIL

Banco do Brasil SA

Sector Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EVENTOS	Reservas de Capital				Reservas de Lucros					Totais
	Capital Realiza- do	Doações e Incentivos Fiscais	Resultado na		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas para Expansão	Lucros ou Prejuízos Acumulados		
			Venda de Ações em Tesouraria	Ágios por Subscrição de Ações e Controladas						
Saldo em 31.12.1999	5.587.146	20	140	4.594	114.398	68.603	1.461.578	1.362	7.270.731	
Outros Eventos:										
Dividendos prescritos	—	—	—	—	—	—	—	184	184	
Realização de reservas de reavaliação em coligadas/controladas	—	—	—	—	—	—	—	50	363	
Reavaliação em coligadas/controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	(22.557)	
Ajustes de exerc. Anteriores líquidos de tributos (22.557)	—	—	—	—	—	—	—	974.211	974.211	
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	47.651	28.590	618.850	(695.091)	—	
Destinações:										
Reservas	—	—	—	—	—	—	—	(109.909)	(109.909)	
JCP	—	—	—	—	—	—	—	(148.022)	(148.022)	
Dividendos	—	—	—	—	161.989	97.193	2.080.428	228	7.965.001	
Saldo em 31.12.2000	5.587.146	20	140	4.594	47.651	28.590	618.850	(1.134)	694.270	
Mutações do Exercício	—	—	—	—	177.191	106.315	2.283.114	270	8.192.301	
Saldo em 30.06.2001	5.587.436	20	140	4.594	—	—	(1.848.093)	—	15	
Outros Eventos:										
Aumento de Capital com Reservas	1.848.093	15	—	—	—	—	—	33	—	
Incorporação ao Capital (Subscrição de Bônus)	—	—	—	—	—	—	—	—	240	
Realização de reservas de reavaliação em coligadas/controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	(34.760)	
Reavaliação em coligadas/controladas	—	—	—	—	—	—	—	777.906	777.906	
Ajustes de exercícios anteriores líquidos de tributos	—	—	—	—	—	—	—	(555.100)	—	
Lucro Líquido do Semestre	—	—	—	—	37.172	22.303	495.625	(188.349)	(188.349)	
Destinações:										
Reservas	—	—	—	—	—	—	930.646	—	8.747.353	
Dividendos	—	—	—	—	214.363	128.618	1.352.468	(270)	555.052	
Saldo em 31.12.2001	7.435.544	20	140	4.594	37.172	22.303	2.080.428	228	7.965.001	
Mutações do Semestre	1.848.108	—	—	—	161.989	97.193	—	—	—	
Saldo em 31.12.2000	5.587.146	20	140	4.594	—	—	(1.848.093)	—	305	
Outros Eventos:										
Aumento de Capital com Reservas	1.848.093	—	—	—	—	—	—	75	—	
Incorporação ao Capital (Subscrição de Bônus)	305	—	—	—	—	—	—	—	240	
Realização de reservas de reavaliação em coligadas/controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	(34.760)	
Reavaliação em coligadas/controladas	—	—	—	—	—	—	—	1.081.952	1.081.952	
Ajustes de exercícios anteriores líquidos de tributos	—	—	—	—	—	—	—	(782.110)	—	
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	52.374	31.425	698.311	(265.385)	(265.385)	
Destinações:										
Reservas	—	—	—	—	—	—	930.646	—	8.747.353	
Dividendos	—	—	—	—	214.363	128.618	—	—	782.352	
Saldo em 31.12.2001	7.435.544	20	140	4.594	52.374	31.425	(1.149.782)	(228)	782.352	
Mutações do Exercício	1.848.398	—	—	—	165	—	—	—	—	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BANCO DO BRASIL

Governo do
BRASIL

Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

	BB-Agências no País e no Exterior			BB-Consolidado		
	2º sem/2001	Exerc/2001	Exerc/2000	2º sem/2001	Exerc/2001	Exerc/2000
Origem dos Recursos	<u>29.230.432</u>	<u>30.386.918</u>	<u>26.589.360</u>	<u>28.463.203</u>	<u>29.358.313</u>	<u>28.606.452</u>
Lucro Líquido	<u>777.906</u>	<u>1.081.952</u>	<u>974.211</u>	<u>777.906</u>	<u>1.081.952</u>	<u>974.211</u>
Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) Líquido	<u>(48.930)</u>	<u>(345.354)</u>	<u>(44.862)</u>	<u>231.583</u>	<u>572.888</u>	<u>508.744</u>
Despesas de depreciação e amortização	250.212	514.468	457.199	252.009	517.978	459.623
Depreciação de bens arrendados	—	—	—	122.182	239.024	209.214
Amortização de perdas	—	—	—	985	2.167	5.693
Resultado da equivalência patrimonial	(353.674)	(2.071.097)	(1.100.430)	(163.719)	(1.600.589)	(857.191)
Lucro/prejuízo na alienação de bens e investimentos	(9)	37.765	87.999	(9)	37.765	87.999
Superveniência de depreciação	—	—	—	(19.166)	(44.745)	(14.562)
Variação na taxa de conversão de moedas	35.621	1.195.659	475.081	44.098	1.446.882	577.698
Ganhos/perdas, variação de percentual em participações societárias	—	—	—	—	—	520
Ganhos/perdas em investimentos	(12)	(12)	—	(2.237)	(2.237)	—
Provisão para perdas em investimentos	9.601	(37.418)	30.938	(18.281)	(51.685)	32.915
Baixa de Imobilizado	41.742	41.742	—	41.742	41.742	—
Baixa de Investimento	7	7	—	7	7	—
Provisão para perdas em incentivos fiscais	—	—	—	—	(76)	458
Provisão para Desvalorização de bens	—	—	—	—	1.110	—
Amortização de ágios	—	—	—	6.512	13.024	25.404
Ajustes de exercícios anteriores líquido de tributos - circular Bacen 2.974/2000	—	—	—	—	—	(22.557)
Ajustes de exercícios anteriores líquido de tributos - Instrução CVM 371/2000	(34.760)	(34.760)	—	(34.760)	(34.760)	—
Outros ajustes	2.103	8.292	4.351	2.220	7.281	3.530
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	<u>52.121</u>	<u>59.035</u>	<u>12.005</u>	<u>51.999</u>	<u>58.941</u>	<u>12.005</u>
Dividendos prescritos	=	=	<u>190</u>	=	=	<u>190</u>
Repatriação de Recursos	=	=	<u>435.618</u>	=	=	=
Doações e Subvenções para Investimento	=	=	<u>1</u>	<u>4.101</u>	<u>5.333</u>	<u>1</u>
Incorporação de Empresas Coligadas	<u>80.684</u>	<u>264.589</u>	=	<u>80.685</u>	<u>80.685</u>	=
Aumento de Capital	=	<u>290</u>	=	=	<u>290</u>	=
Recursos de Acionistas - Realização de capital	<u>16</u>	<u>16</u>	=	<u>16</u>	<u>16</u>	=
Internação de Lucros de Subsidiárias no Exterior	=	<u>387.726</u>	=	=	=	=
Incentivos fiscais - Transf. p/Circulante	=	=	=	=	=	<u>1.594</u>
Recursos de Terceiros:						
Aumento dos Subgrupos do Passivo	<u>21.141.600</u>	<u>26.940.449</u>	<u>18.642.501</u>	<u>20.440.799</u>	<u>25.915.326</u>	<u>17.732.261</u>
Depósitos	2.387.851	4.451.289	—	2.172.437	4.365.630	—
Captações no mercado aberto	14.278.829	15.711.222	13.390.469	14.233.004	15.685.367	13.282.016
Recursos de aceites e emissão de títulos	—	351.647	69.518	—	345.846	87.841
Relações interfinanceiras e interdependências	—	75.681	65.877	—	82.456	73.922
Obrigações por empréstimos e repasses	1.954.455	3.098.017	1.259.857	1.813.883	2.537.695	177.965
Outras obrigações	2.520.465	3.252.593	3.856.780	2.221.475	2.898.332	4.110.517



BANCO DO BRASIL

Governo do
BRASIL

Banco do Brasil SA

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

Diminuição dos Subgrupos do Ativo	<u>6.909.242</u>	<u>1.423.731</u>	<u>6.043.150</u>	<u>6.641.339</u>	<u>1.227.817</u>	<u>8.659.033</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	—	—	5.989.819	—	—	8.595.161
Relações interfinanceiras e interdependências	331.903	—	—	—	—	—
Operações de arrendamento mercantil	—	—	—	26.235	23.888	11.781
Outros valores e bens	74.655	57.741	53.331	74.605	59.006	52.091
Outros créditos	6.502.684	1.365.990	—	6.540.499	1.144.923	—
Alienação de Bens e Investimentos	70.165	153.529	220.326	190.273	322.844	598.425
Bens não de uso próprio	68.193	150.395	198.463	68.872	151.615	200.009
Imobilizado de uso	1.959	1.959	14.023	1.959	1.959	14.076
Imobilizado de arrendamento	—	—	—	50.070	96.510	236.164
Investimentos	13	1.175	7.840	69.372	72.760	148.176
Reserva de Reavaliação por Equivalência Patrimonial	—	—	—	—	—	1.180
Dividendos Recebidos de Coligadas/ Controladas	173.848	279.388	282.630	36.571	78.048	99.545
Juros sobre Capital Próprio a Receber	74.019	141.568	23.590	7.931	14.173	19.263
Aplicação dos Recursos	26.903.493	27.624.424	26.763.780	26.135.743	26.597.792	28.693.782
Aumento de Capital de Subsidiárias	19.204	19.204	1.245.886	14.385	14.385	—
Dividendos Propostos	188.349	265.385	148.022	188.349	265.385	148.022
Remessa de Recursos para Subsidiárias	18.739	18.739	—	—	—	—
Juros sobre o Capital Próprio Propostos	—	—	109.909	—	—	109.909
Variação Negativa nos Resultados de Exercícios Futuros	—	—	1.567	—	—	2.097
Reversão de Dividendos Prescritos	—	—	6	—	—	6
Reversão de Reserva de Reavaliação	—	—	—	—	—	817
Inversões em Bens e Investimentos	334.364	569.496	723.280	470.329	970.766	1.472.606
Bens não de uso próprio	30.751	63.647	61.288	31.332	64.228	61.288
Imobilizado de uso	300.942	500.199	660.952	301.191	501.298	657.071
Imobilizado de arrendamento	—	—	—	134.950	363.766	397.778
Investimentos	2.671	5.650	1.040	2.856	41.474	356.469
Aplicações no Diferido	82.620	145.885	106.753	82.647	146.653	107.166
Aumento dos Subgrupos do Ativo	23.629.140	26.605.715	18.820.813	23.058.497	25.200.603	20.326.344
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.803.570	4.335.170	—	6.648.614	7.550.748	—
Títulos e valores mobiliários	12.574.436	11.233.348	10.569.531	12.578.760	11.348.382	9.713.414
Relações interfinanceiras e interdependências	—	1.999.066	899.737	—	1.992.981	915.144
Operações de crédito	4.251.134	9.038.131	5.006.533	3.831.123	4.308.492	7.019.114
Outros créditos	—	—	2.345.012	—	—	2.678.672
Redução dos Subgrupos do Passivo	2.631.077	—	5.607.544	2.321.536	—	6.526.815
Depósitos	—	—	5.607.544	—	—	6.526.815
Recursos de aceites e emissão de títulos	30.983	—	—	32.425	—	—
Relações interfinanceiras e interdependências	2.600.094	—	—	2.289.111	—	—
AUMENTO OU REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	2.326.939	2.762.494	(174.420)	2.327.460	2.760.521	(87.330)
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA:						
Início do período	3.329.894	2.894.339	3.068.759	3.339.266	2.906.205	2.993.535
Fim do período	5.656.833	5.656.833	2.894.339	5.666.726	5.666.726	2.906.205
Aumento ou redução das disponibilidades	2.326.939	2.762.494	(174.420)	2.327.460	2.760.521	(87.330)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.